



Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1189
17º Andar - Pituba
41820-021 - Salvador, BA, Brasil

Tel: (5571) 3501-9200
Fax: (5571) 3501-9019
www.ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores
Renova Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renova Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renova Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Building a better
working world

Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1189
17º Andar - Pituba
41820-021 - Salvador, BA, Brasil

Tel: (5571) 3501-9200
Fax: (5571) 3501-9019
www.ey.com.br

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a nota 1.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que, em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 457.664 mil no consolidado, e, nessa data, a Companhia apresentou prejuízo no exercício findo naquela data de R\$ 856.297 mil, margem bruta negativa de R\$ 124.440 mil, prejuízos acumulados, na controladora e no consolidado, de R\$ 3.050.887 mil e passivo a descoberto de R\$76.489 mil. Além disto, a Companhia depende da obtenção de capital para cumprir com os compromissos inclusive de construção dos parques eólicos e solares. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 19.1 às demonstrações financeiras, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações que, além da Companhia, envolvem e incluem também alguns de seus acionistas. Os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses gastos e apurar tais alegações. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação interna e conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



Building a better
working world

Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1189
17º Andar - Pituba
41820-021 - Salvador, BA, Brasil

Tel: (5571) 3501-9200
Fax: (5571) 3501-9019
www.ey.com.br

Valor recuperável do investimento e do ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, equivalente ao IAS 36, a Companhia deve assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de realização. Em 31 de dezembro de 2018, como resultado do teste anual de recuperabilidade desses ativos, a Companhia e suas controladas observaram a existência de indicativos de desvalorização de certos ativos mantidos a venda, e conseqüentemente reconheceram uma perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado no montante de R\$ 150.630 mil, conforme divulgado na Nota 13.2 às demonstrações financeiras e conseqüentemente ao investimento da controladora.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria tendo em vista: (i) a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e suas controladas, especialmente no que diz respeito aos ativos imobilizado em curso no montante de R\$ 1.659.664 mil, divulgados na nota 13.2 e que foram transferidos para ativos mantidos para venda; (ii) a complexidade e à criticidade do processo de avaliação da Administração, que se baseia em diversas premissas como taxa de desconto, volume e preço de venda de energia, prazos de continuidade da operação e gastos para reparação e manutenção dos equipamentos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) análise de informações internas e externas que pudessem indicar desvalorização significativa dos ativos imobilizados registrados ao custo histórico; (ii) análise do processo, controles e premissas utilizadas pela Administração para identificação de *impairment* através das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável; (iii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e projeções e metodologia utilizadas pela Companhia; (iv) validação das informações utilizadas nos cálculos; e (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos do ativo imobilizado e do teste de seu valor recuperável, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota 13.2 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Building a better
working world

Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1189
17º Andar - Pituba
41820-021 - Salvador, BA, Brasil

Tel: (5571) 3501-9200
Fax: (5571) 3501-9019
www.ey.com.br

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Building a better
working world

Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1189
17º Andar - Pituba
41820-021 - Salvador, BA, Brasil

Tel: (5571) 3501-9200
Fax: (5571) 3501-9019
www.ey.com.br

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Building a better
working world

Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1189
17º Andar - Pituba
41820-021 - Salvador, BA, Brasil

Tel: (5571) 3501-9200
Fax: (5571) 3501-9019
www.ey.com.br

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Building a better
working world

Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1189
17º Andar - Pituba
41820-021 - Salvador, BA, Brasil

Tel: (5571) 3501-9200
Fax: (5571) 3501-9019
www.ey.com.br

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 27 de março de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0



Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em 31 de dezembro de 2018

ÍNDICE	<i>(Página)</i>
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS	
1. Informações gerais.....	10
2. Principais políticas contábeis.....	15
3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas	23
4. Das autorizações vigentes.....	24
5. Comercialização de energia.....	26
6. Segmentos operacionais	27
7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	28
8. Contas a receber de clientes.....	29
9. Tributos a recuperar.....	29
10. Cauções e depósitos vinculados	30
11. Tributos diferidos (consolidado)	30
12. Investimentos.....	31
13. Ativo imobilizado.....	39
14. Fornecedores.....	47
15. Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	48
16. Tributos a recolher.....	53
17. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado)	53
18. Outras contas a pagar.....	55
19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (controladora e consolidado).....	56
20. Provisão para contrato oneroso.....	57
21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas.....	58
22. Receita líquida.....	59
23. Custos e despesas (receitas).....	60
24. Resultado financeiro	61
25. Imposto de renda e contribuição social	62
26. Transações com partes relacionadas.....	63
27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	68
28. Lucro (prejuízo) por ação	75
29. Ativos classificados como mantidos para venda	75
30. Cobertura de Seguros.....	77
31. Transações não envolvendo caixa	78
32. Eventos subsequentes	78

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.929	24.750	69	342
Aplicações financeiras	7	13.778	-	-	-
Contas a receber de clientes	8	8.210	44.611	18	484
Tributos a recuperar	9	4.482	14.400	458	2.132
Partes relacionadas	26	-	-	1.217	2.892
Dividendos a receber	12.4	9.180	33.219	10.177	5.039
Adiantamentos a fornecedores		2.491	2.327	766	1.128
Outros créditos		869	8.033	366	3.027
		<u>53.939</u>	<u>127.340</u>	<u>13.071</u>	<u>15.044</u>
Ativos classificados como mantidos para venda	29	1.683.768	16.198	281.712	16.198
Total dos ativos circulantes		<u>1.737.707</u>	<u>143.538</u>	<u>294.783</u>	<u>31.242</u>
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	7	7.864	7.789	7.864	7.789
Cauções e depósitos vinculados	10	10.866	11.361	-	-
Tributos diferidos	11	1.773	1.442	-	-
Depósitos judiciais	19	20.818	21.384	20.818	21.384
Partes relacionadas	26	-	-	3	54.876
Outros créditos		6.214	6.129	60	60
Investimentos	12	603.747	685.362	1.141.674	1.490.068
Imobilizado	13	239.396	2.052.332	58.500	105.212
Total dos ativos não circulantes		<u>890.678</u>	<u>2.785.799</u>	<u>1.228.919</u>	<u>1.679.389</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>2.628.385</u>	<u>2.929.337</u>	<u>1.523.702</u>	<u>1.710.631</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTES					
Fornecedores	14	48.531	259.377	44.673	39.305
Empréstimos e financiamentos	15	348.669	1.212.702	341.568	300.486
Tributos a recolher	16	5.373	18.467	3.658	4.368
Salários, encargos e férias a pagar		8.625	8.133	8.625	8.133
Contas a pagar - CCEE/Eletrabras	17	13.114	46.222	-	-
Outras contas a pagar	18	151.136	77.057	-	3
Partes relacionadas	26	283.472	84.964	-	-
Provisão para contrato oneroso	20	37.022	-	-	-
Provisão para custos socioambientais		1.014	1.014	-	-
		<u>896.956</u>	<u>1.707.936</u>	<u>398.524</u>	<u>352.295</u>
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	29	1.298.415	43.000	43.000	43.000
Total dos passivos circulantes		<u>2.195.371</u>	<u>1.750.936</u>	<u>441.524</u>	<u>395.295</u>
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	14	-	25.220	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	63.587	80.636	-	-
Contas a pagar - CCEE/Eletrabras	17	20.664	522	-	-
Partes relacionadas	26	337.548	265.236	527.981	278.414
Provisão para perda sobre investimentos	12	-	-	549.427	230.135
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	81.259	26.979	81.259	26.979
Provisão para contrato oneroso	20	6.445	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		<u>509.503</u>	<u>398.593</u>	<u>1.158.667</u>	<u>535.528</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21	2.960.776	2.960.776	2.960.776	2.960.776
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		55.379	55.379	55.379	55.379
Prejuízos acumulados		(3.050.887)	(2.194.590)	(3.050.887)	(2.194.590)
Total do patrimônio líquido		<u>(76.489)</u>	<u>779.808</u>	<u>(76.489)</u>	<u>779.808</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.628.385</u>	<u>2.929.337</u>	<u>1.523.702</u>	<u>1.710.631</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA LÍQUIDA	22	709.795	734.098	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo com compra de energia		(815.093)	(622.811)	-	-
Custo de operação		(8.887)	(32.354)	-	-
Depreciações		(9.508)	(10.012)	(3.969)	(4.484)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(747)	(11.491)	-	-
Total	23	(834.235)	(676.668)	(3.969)	(4.484)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(124.440)	57.430	(3.969)	(4.484)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(129.024)	(119.863)	(86.658)	(89.156)
Depreciações e amortizações		(1.874)	(2.185)	(1.874)	(2.183)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	13.2	(150.226)	(786.543)	-	(1.722)
Outras receitas (despesas) líquidas		(177.231)	(33.136)	(4.591)	18.711
Total	23	(458.355)	(941.727)	(93.123)	(74.350)
Resultado de equivalência patrimonial	12.3	48.686	71.465	(675.933)	(1.071.182)
Perda na alienação de ativos		-	(147.721)	-	(147.721)
Ganho com investimento	12.3.1	-	172.243	-	172.243
Total		(409.669)	(845.740)	(769.056)	(1.121.010)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		(534.109)	(788.310)	(773.025)	(1.125.494)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		3.175	12.196	1.045	3.817
Despesas financeiras		(319.578)	(470.075)	(84.317)	(139.273)
Total	24	(316.403)	(457.879)	(83.272)	(135.456)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(850.512)	(1.246.189)	(856.297)	(1.260.950)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(5.936)	(14.682)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11.1	151	121.336	-	121.415
Total	25	(5.785)	106.654	-	121.415
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(856.297)	(1.139.535)	(856.297)	(1.139.535)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	28			(20,52)	(2,80)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício		(856.297)	(1.139.535)	(856.297)	(1.139.535)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ativos disponíveis para venda	12.3.1	-	73.224	-	73.224
Efeito da alienação/ <i>impairment</i> dos ativos disponíveis para venda	12.3.1	-	(172.243)	-	(172.243)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		(856.297)	(1.238.554)	(856.297)	(1.238.554)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais

Nota explicativa	Capital Social		Reservas de capital		Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
	Integralizado	Custos na emissão de ações	Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Ágio		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.898.012	(41.757)	55.378	1	99.019	1.955.598
Aumento do capital social - emissão de ações	62.764	-	-	-	-	62.764
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.139.535)
Outros resultados abrangentes:						
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	73.224	73.224
Efeito da alienação dos ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	(172.243)	(172.243)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.960.776	(41.757)	55.378	1	-	779.808
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(856.297)	(856.297)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.960.776	(41.757)	55.378	1	-	(76.489)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(856.297)	(1.139.535)	(856.297)	(1.139.535)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação	13, 23	11.382	12.197	5.843	6.667
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	13.2, 23	150.630	786.543	-	1.722
Valor residual do ativo imobilizado baixado	13.2 e 13.4	3.125	51.451	3.528	19.960
Perda na alienação de ativos		-	147.721	-	147.721
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	24	(2.588)	(6.886)	(493)	(1.972)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	26	62.243	47.425	26.470	18.994
Juros sobre contas a pagar		(571)	30.045	856	1.092
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15.4, 24	162.241	268.151	43.976	98.692
Apropriação dos custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15.4	4.688	8.051	4.662	7.639
Atualização e provisão (reversão) CCEE/Eletronbras	17.1	10.177	8.642	-	-
Multa sobre ressarcimento	17.1, 23	17.965	17.895	-	-
Tributos diferidos	11.1	(331)	(121.242)	-	(121.415)
Atualização e provisão para custos socioambientais		-	30	-	-
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	64.473	25.656	54.716	25.656
Provisão para contrato oneroso	20	43.467	-	-	-
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	12.3.1	-	(172.243)	-	(172.243)
Resultado de equivalência patrimonial	12.3	(48.686)	(71.465)	675.933	1.071.182
Perdão da dívida		(1.497)	(66.292)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		36.401	(26.338)	466	(143)
Depósitos judiciais		(175)	(21.384)	566	(21.384)
Tributos a recuperar		6.533	(6.674)	1.674	(270)
Adiantamentos a fornecedores		(277)	(1.406)	362	597
Outros créditos		4.793	(13.251)	2.661	(613)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		7.532	(78.460)	4.512	(29.595)
Tributos a recolher		6.465	13.995	(6.004)	(8.712)
Salários e férias a pagar		(5.508)	4.145	(5.508)	4.145
Contas a pagar CCEE/Eletronbras	17.1	(18.451)	(22.875)	-	-
Outras contas a pagar		66.623	75.412	(3)	(1.278)
Partes relacionadas		166.146	-	-	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(2.378)	(6.272)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15.4	(8.701)	(114.730)	(2.421)	(52.551)
Pagamentos de contingências	19	(436)	(137)	(436)	(137)
Dividendos recebidos	12.4	154.340	38.250	-	184
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>33.328</u>	<u>(333.581)</u>	<u>(44.937)</u>	<u>(145.597)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimento na alienação de ativos		-	778.734	-	778.734
Aplicações financeiras		(11.973)	(5.658)	418	(7.085)
Cauções e depósitos vinculados		1.203	60.848	-	34.778
Aquisição de imobilizado		(12.644)	(17.523)	(10.562)	(8.814)
Pagamento de imobilizado adquirido em exercícios anteriores		-	(3.560)	-	-
Partes relacionadas		-	-	(171.458)	(188.894)
Caixa líquido (aplicado nas) gerados pelas atividades de investimentos		<u>(23.414)</u>	<u>812.841</u>	<u>(181.602)</u>	<u>608.719</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização de ações		-	62.764	-	62.764
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	15.4	(74.234)	(553.060)	(5.135)	(505.571)
Partes relacionadas		55.880	-	231.401	(27.966)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(18.354)</u>	<u>(490.296)</u>	<u>226.266</u>	<u>(470.773)</u>
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(8.440)</u>	<u>(11.036)</u>	<u>(273)</u>	<u>(7.651)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	24.750	35.786	342	7.993
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	16.310	24.750	69	342
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(8.440)</u>	<u>(11.036)</u>	<u>(273)</u>	<u>(7.651)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) O Caixa e equivalente de caixa no fim do período inclui o saldo de caixa e equivalente de caixa das SPes do ASIII.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS					
Vendas de energia	22	780.158	807.567	-	-
Outras receitas		6.203	3.178	6.203	3.178
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(825.087)	(666.688)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(280.388)	(228.529)	(78.806)	(91.556)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	13, 23	(150.226)	(786.543)	-	(1.722)
Perda no investimento		-	172.243	-	172.243
Perda na alienação de ativos		-	(147.721)	-	(147.721)
Valor adicionado bruto		(469.340)	(846.493)	(72.603)	(65.578)
Depreciação	13, 23	(11.382)	(12.197)	(5.843)	(6.667)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		(480.722)	(858.690)	(78.446)	(72.245)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	12, 3	48.686	71.465	(675.933)	(1.071.182)
Receitas financeiras		4.520	13.308	1.061	4.001
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(427.516)	(773.917)	(753.318)	(1.139.426)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		17.123	9.987	6.774	1.018
Honorários da administração	26, 4	7.566	10.439	7.566	10.439
Benefícios		4.546	4.039	2.377	2.359
FGTS		1.714	2.164	973	1.250
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		82.410	(20.991)	2.677	(117.853)
Estaduais		-	2	-	-
Municipais		-	8	-	8
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		302.808	419.954	76.740	117.857
Aluguéis		1.658	2.216	882	1.418
Outros		10.956	(62.200)	4.990	(16.387)
Prejuízo do exercício		(856.297)	(1.139.535)	(856.297)	(1.139.535)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		(427.516)	(773.917)	(753.318)	(1.139.426)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais

1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação, em construção e em pré-operação (“Grupo Renova”):

PCH	Consolidação	% Participação			
		31/12/2018		31/12/2017	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	(a) Integral	100,00	-	100,00	-
Energética Serra da Prata S.A.	(b) Integral na Enerbras	-	99,99	-	99,99
Renova PCH LTDA.	(c) Integral	99,99	-	99,00	-
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	(d) Integral	99,99	-	99,99	-

Eólico	Consolidação	% Participação			
		31/12/2018		31/12/2017	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)*	(e) Integral	99,99	-	99,99	-
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding)*	(e) Integral na Alto Sertão	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação			
		31/12/2018		31/12/2017	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas São Salvador S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiú S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Botuquara S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Conquista S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Tingui S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Calianira S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Ico S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Putumuju S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.*	(i) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA.	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	(e) Integral	99,99	-	99,00	-
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	(h) Integral na Bela Vista XIV	-	99,99	-	99,00
Centrais Eólicas Itapuã XV LTDA.	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Parque Eólico Iansã LTDA	(h) Integral	99,99	-	99,99	-

UFV (Usina Fotovoltaica)	Consolidação	% Participação			
		31/12/2018		31/12/2017	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA.	(h) Integral	99,99	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	(h) Integral	99,99	-	99,00	-

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

		% Participação			
		31/12/2018		31/12/2017	
Comercialização	Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(j) Integral	100,00	-	100,00	-

		% Participação			
		31/12/2018		31/12/2017	
Holding	Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Renovapar S.A.	(k) Integral	100,00	-	100,00	-
Espra Holding S.A.	(k) Integral	99,99	-	99,00	-
Bahia Holding S.A.	(k) Integral	99,99	-	99,00	-
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(k) Integral	99,99	-	99,99	-

		% Participação			
		31/12/2018		31/12/2017	
PCH	Controle compartilhado não consolidado	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brasil PCH S.A.	(l) Indireto pela Chipley	-	51,00	-	51,00

(*) Empresas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III classificadas como mantidas para venda.

- (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”).
- (b) Espra, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobras”), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e entrou em operação em 2008.
- (c) Renova PCH Ltda. (“Renova PCH”), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica e encontra-se em fase pré-operacional.
- (d) Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.
- (e) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
- (f) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”). Os parques eólicos estão em fase implantação, vide Nota 1.1.
- (g) Controladas diretas e indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre. Os parques eólicos estão em fase de implantação.

- (h) Controladas diretas têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica. Essas empresas estão em fase de implantação.
- (i) Controladas diretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”).
- (j) Renova Comercializadora de Energia S.A. (“Renova Comercializadora”), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (k) Controladas diretas têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (l) Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.

1.1 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015 (LER 2013) e 1º de outubro de 2017 (LER 2014), contudo ambos estão atrasados e com previsão de entrada em operação prevista para ocorrer até o final de 2019. Conforme contrato, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide Nota 17).

1.2 Venda de ativos

1.2.1 Complexo Eólico Alto Sertão II (LER 2010 e LEN 2011 (A-3))

Em 3 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a venda para a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) da totalidade das ações da Nova Energia detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II. O valor base da transação foi de R\$600.000 ajustado por determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R\$100.000 sob a forma de *earn out*, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação.

A AES Tietê constituiu garantias no valor total de R\$88.783 (R\$128.000, em 31 de dezembro de 2017), atualizados a 98,36% do CDI, que poderão ser pagas à Companhia, conforme segue:

<u>Garantia</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Litígios	32.428	58.000
Earn-Out	53.983	50.000
Indenização geral	2.372	20.000
Total	88.783	128.000

Em 18 de setembro de 2018, parte do saldo das contas vinculadas foi utilizado para pagamento do acordo firmado com o fornecedor Mammoet Wind Serviços em Energia Eólica Ltda., no valor de R\$50.000.

Em 31 de dezembro de 2018, as contingências relacionadas ao Complexo Eólico Alto Sertão II excederam o montante das garantias constituídas (litígios e indenização geral), em virtude do complemento da provisão relacionada a: (i) causa cível de indenização por danos a uma propriedade de terceiros e (ii) processo de arbitragem. Assim a Companhia constituiu provisão no valor de R\$23.235, reconhecida no resultado do exercício (Nota 19).

1.2.2 Complexo Eólico Alto Sertão III

A Companhia continua comprometida com o processo de venda do Complexo Eólico Alto Sertão III e, conforme Fato Relevante publicado, em 21 de março de 2019 aceitou nova proposta vinculante, apresentada pela AES, para a aquisição das ações representativas da totalidade do capital social das sociedades que compõem esse projeto.

Assim, a Administração da Companhia concluiu que a classificação dos ativos e passivos relacionados ao Alto Sertão III, conforme nota 29.2, realizada em 31 de março de 2018 permanece adequada e, adicionalmente com base nas informações comerciais da proposta em negociação com a AES, concluiu pela necessidade de complemento da provisão para redução ao valor recuperável do ativo, no montante de R\$150.630 (Nota 13.9).

1.3 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou prejuízo de R\$856.297, margem bruta negativa de R\$124.440, possui prejuízos acumulados de R\$3.050.887, bem como passivos circulantes consolidados em excesso aos ativos circulantes consolidados no montante de R\$457.663, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$76.489 e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos inclusive de construção dos parques eólicos e solares.

Esse cenário se deve principalmente: i) às perdas nas operações de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, no valor de R\$271.862 para cumprir os compromissos firmados nos contratos de compra e venda de energia, ii) provisão para redução ao valor recuperável do ativo relacionado ao Complexo Eólico Alto Sertão III, no montante de R\$150.630 e, iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira), no valor de R\$319.578 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, fornecedores, operações com partes relacionadas, além dos prejuízos acumulados existentes.

Diante deste cenário, a Companhia vem executando um conjunto de ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, conforme segue:

- (1) Recebimento de recursos dos acionistas sob a forma de adiantamentos, no âmbito do contrato de compra de energia, no montante de R\$338.087 (Nota 26.3 e 32.4).
- (2) Suspensão do fornecimento da energia eólica incentivada contratada dos períodos de junho a dezembro de 2018 e no ano de 2019, no âmbito dos contratos de compra e venda de energia eólica celebrados com CEMIG GT e LIGHTCOM, reduzindo assim a necessidade de caixa no curto prazo.

Ainda, em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração, aprovou um plano de estruturação financeira que dentre outras ações, prevê:

- (1) Reperfilamento dos valores devidos às partes relacionadas Cemig GT e LIGHTCOM (Nota 26.2) por meio dos seguintes instrumentos, proporcionalmente ao saldo de suas dívidas:

- a) Títulos de dívidas de emissão da Companhia projetados para março 2019 no valor de aproximadamente R\$298.000 com prazo de 6 anos, 1 ano de carência e juros de 155% de CDI, com garantia fidejussória.
 - b) Títulos de dívidas de emissão da Companhia projetados para março de 2019 no valor de aproximadamente R\$723.000 com prazo de 6 anos para pagamento *bullet* e juros de 155% de CDI, com garantia real.
- (2) Reperfilamento das dívidas de curto prazo com CitiBank e BTG Pactual (Nota 15) com títulos de dívida de emissão da Companhia com prazo de 6 anos, 1 ano de carência e juros de 155% de CDI, com garantia real.
 - (3) Negociação para venda do Complexo Eólico Alto Sertão III, para o qual a Companhia aceitou a proposta vinculante da AES. (Nota 32.5).

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e entende que com o sucesso da implementação das medidas acima, algumas já realizadas, o suporte dos seus acionistas e o fluxo de dividendos de suas investidas sejam suficientes para dar continuidade a suas operações no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma outra incerteza material, além das mencionadas acima, que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2019.

2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Conforme nota 1.2.1, o Complexo Eólico Alto Sertão II foi alienado no exercício de 2017. Desta forma, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras deve levar em consideração essas circunstâncias.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue:

2.3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Conforme nota 1.2, os ativos operacionais alienados foram consolidados no resultado até a data da sua alienação.

2.3.2 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento em controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

2.3.3 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

2.3.4 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A

receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.5 Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

2.3.6 Acordos de pagamentos baseados em ação

O plano de remuneração baseado em ações para empregados é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 26.5. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

No caso dos pagamentos baseados em ações que são liquidados em caixa, um passivo é inicialmente registrado proporcionalmente ao valor justo dos produtos e serviços recebidos. No fim de cada período de relatório, o passivo é atualizado com base em seu valor justo e as mudanças são registradas no resultado do exercício.

2.3.7 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

A controlada indireta Espra optou pelo regime do lucro presumido. A controladora e demais companhias listadas na nota 1 são optantes do regime do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.3.8 Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12 emitida pela ANEEL pelo fato da Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

c) Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos.

2.3.9 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.11 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação

diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 7);
- Aplicações financeiras (nota 7);
- Cauções e depósitos vinculados (nota 10); e
- Transações com partes relacionadas (nota 26).

a.2) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 8).

b) Passivos financeiros

b.1) Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 14);
- Empréstimos e financiamentos (nota 15);
- Contas a pagar – CCEE e Eletrobras (nota 17); e
- Transações com partes relacionadas (nota 26).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

2.4 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas e individuais, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme este CPC aplicável às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

2.5 Adoção das IFRSs novas e revisadas

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de janeiro de 2018:

- CPC nº47 – Receita de Contrato com cliente (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia e suas controladas realizaram uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após esta análise a Companhia e suas controladas concluíram, com base em seus critérios de classificação, reconhecimento e mensuração descritos na nota 2.3.4, que não houve impacto significativo na adoção deste pronunciamento.

- CPC nº48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)

Esta norma faz correlação à norma IFRS 9 e substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39). O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos.

Após análise, a Companhia e suas controladas avaliaram que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 (CPC 48).

b) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 (CPC 06-R2) – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICPC 03)

A nova norma traz um modelo único de arrendamento mercantil, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro, ou seja, deverão ser reconhecidos ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Na prática, as mudanças afetarão especialmente as companhias arrendatárias, sem alterações relevantes nas companhias arrendadoras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia e suas controladas optaram por utilizar o método retrospectivo modificado, sem reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Para implementação deste pronunciamento, a Companhia e suas controladas avaliaram os contratos de arrendamento existentes e em conformidade com a IFRS 16, optaram por adotar os seguintes critérios: (i) dos contratos que ela detinha o poder de direcionar o uso do bem e (ii) de obter substancialmente todos os benefícios econômicos futuros.

Os trabalhos realizados de avaliação tiveram como base os contratos de arrendamento mercantil de áreas (Terrenos) para estudo de viabilidade de projetos, bem como para construção e/ou operação de instalações de geração de energia eólica (Parques Eólicos).

Foram identificados 2.177 contratos aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma, sendo 1.944 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento, 215 aos parques eólicos em construção e 13 às PCHs em operação e 5 a aluguel de sedes administrativas. Para esses contratos, a Companhia passará a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhecerá um custo de depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Até 31 de dezembro de 2018, os pagamentos eram reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia e suas controladas esperam reconhecer na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, consolidados, em 1º de janeiro de 2019, um montante entre R\$33.502 e R\$40.946.

As seguintes alterações de normas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas:

ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Outros pronunciamentos e revisões de pronunciamentos

- IFRS 9: Alterações de Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa.

- CPC 18(R2): Alterações de Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- CPC 33 / IAS 19: Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano.
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos, destacados acima.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

a) Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

Anualmente, a Companhia e suas controladas efetuam o teste de recuperação de seus ativos ou grupo de ativos ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os períodos em que a Companhia possui autorização dos órgãos reguladores e as premissas utilizadas pela Companhia estão descritas na nota 13.9.

b) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 19.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 27.

d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

Conforme mencionado na nota 2.3.8.b, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 13.

4. Das autorizações vigentes

4.1 Mercado regulado (ACR)

<u>PCH</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW
<u>Eólico</u>					
Centrais Eólicas Abil S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu) ⁽¹⁾	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina) ⁽¹⁾	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Pau Santo) ⁽¹⁾	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

Nota (1): empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III, classificadas como ativos mantidos para a venda.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

4.2 Mercado livre (ACL)

Eólico	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
Centrais Eólicas Amescla S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheiro S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Caliandra S.A. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansação S.A. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

Nota (1): empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III, classificadas como ativos mantidos para a venda.

Nota (2): contratos cedidos para Engie Brasil Energia S.A. ("Engie") a partir de julho de 2019.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

5. Comercialização de energia

5.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo				
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste	
Pequenas centrais hidrelétricas:											
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	168.009	65.174	121,35	266,28	mai/08	abr/28	IGP-M	junho	
Colino 1	PROINFA	Eletrobras	149.297	57.903	121,35	266,28	set/08	ago/28	IGP-M	junho	
Colino 2	PROINFA	Eletrobras	213.370	41.084	121,35	266,28	jul/08	jun/28	IGP-M	junho	
Geração de energia eólica											
Centrais Eólicas Abil S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	143,11	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Acácia S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	154,68	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Angico S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	151,41	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	140,94	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Jaboticaba S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	142,00	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	141,47	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	144,19	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Tabua S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	142,57	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	143,59	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu) ⁽¹⁾	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	176,82	out/17	set/37	IPCA	outubro	
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina) ⁽¹⁾	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	176,82	out/17	set/37	IPCA	outubro	
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Pau Santo) ⁽¹⁾	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	176,82	out/17	set/37	IPCA	outubro	

Nota (1): empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III, classificadas como ativos mantido para venda.

5.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre, que totalizam 209,6MW médios^(*) de energia contratada, conforme quadro abaixo:

Parques	Fonte	Energia Vendida (MW médio*)	Vigência do contrato
Light I	Eólica	100,2	até ago/2035
Light II ^(a)	Eólica	33,4	até jun/2019
Mercado livre I	Eólica	11,0	até dez/2019
Mercado livre II ^(a)	Eólica	50,0	até jun/2019
Mercado livre III ^(a)	Eólica	15,0	até jun/2019
		<u>209,6</u>	

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(a) A partir de 1º de julho de 2019, os PPAs do ACL Light II, Mercado livre II e Mercado livre III, que totalizam um volume de energia vendida de 98,4 MW médios, serão cedidos para a Engie em função da venda do Complexo Umbranas.

6. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- a) PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação.
- b) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

	31/12/2018				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	33.496	-	676.299	-	709.795
Custos não gerenciáveis	(747)	-	-	-	(747)
Margem Bruta	32.749	-	676.299	-	709.048
Custos gerenciáveis	(11.906)	(78.919)	(948.161)	(91.249)	(1.130.235)
Depreciação	(5.537)	(3.971)	-	(1.874)	(11.382)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(150.226)	-	-	(150.226)
Resultado de equivalência patrimonial	48.686	-	-	-	48.686
Receita financeira	739	13	1.378	1.045	3.175
Despesa financeira	(5.962)	(191.627)	(64.142)	(57.847)	(319.578)
Imposto de renda e contribuição social	(5.785)	-	-	-	(5.785)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	52.984	(424.730)	(334.626)	(149.925)	(856.297)
Ativos totais	793.728	1.750.241	32.197	52.219	2.628.385
Passivos totais	108.371	1.185.292	888.426	522.785	2.704.874

31/12/2017

	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	36.192	85.579	612.327	-	734.098
Custos não gerenciáveis	(638)	(10.853)	-	-	(11.491)
Margem Bruta	35.554	74.726	612.327	-	722.607
Custos gerenciáveis	(14.467)	(61.349)	(661.901)	(70.447)	(808.164)
Depreciação	(5.532)	(4.484)	-	(2.181)	(12.197)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(786.006)	-	(537)	(786.543)
Resultado de equivalência patrimonial	71.465	-	-	-	71.465
Perda na alienação de ativos	-	-	-	(147.721)	(147.721)
Ganho no investimento	-	-	-	172.243	172.243
Receita financeira	7.531	(12.332)	13.181	3.816	12.196
Despesa financeira	(6.603)	(275.826)	(48.374)	(139.272)	(470.075)
Imposto de renda e contribuição social	(3.787)	(10.974)	-	121.415	106.654
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	84.161	(1.076.245)	(84.767)	(62.684)	(1.139.535)
Ativos totais	904.483	1.897.809	72.642	54.403	2.929.337
Passivos totais	108.193	1.012.610	606.451	422.275	2.149.529

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa		31	196	5	169
Bancos conta movimento		1.471	1.405	57	132
Aplicações financeiras de liquidez imediata		14.808	23.149	7	41
Aplicações financeiras		21.642	7.789	7.864	7.789
		37.952	32.539	7.933	8.131
Transferência para ativos mantidos para venda:					
Caixa e equivalentes de caixa	29.2	(1.381)	-	-	-
Total		36.571	32.539	7.933	8.131
Apresentados como:					
<u>Circulante</u>					
Caixa e equivalentes de caixa		14.929	24.750	69	342
Aplicações financeiras		13.778	-	-	-
<u>Não circulante</u>					
Aplicações financeiras		7.864	7.789	7.864	7.789
Total		36.571	32.539	7.933	8.131

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa de operações compromissadas, remunerados a taxas que variam de 50% até 100% do CDI.

A aplicação financeira apresentada no não circulante não tem característica de caixa e equivalentes de caixa e por isso foi classificada na linha de aplicação financeira mantida até o vencimento. Essa aplicação é garantidora da fiança constituída em favor do projeto Mercado Livre I e está remunerada a uma taxa de 98,50% do CDI.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Comercialização Mercado livre	2.750	38.901	-	-
Eletrobras - ESPRA	5.442	5.226	-	-
Outros	18	484	18	484
Total	8.210	44.611	18	484

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização. Inclui valores a receber de partes relacionadas no montante de R\$155 (R\$25.009, em 31 de dezembro 2017). O saldo de contas a receber referente a comercialização no mercado livre reduziu em função da suspensão e cessão dos contratos de compra e venda de energia em dezembro de 2018 (vide nota 26.3).

9. Tributos a recuperar

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRRF a compensar		4.006	3.209	130	345
IRPJ a compensar		1.593	2.588	263	1.330
COFINS a recuperar		1.683	6.640	-	5
PIS a recuperar		365	1.491	-	1
Outros impostos a compensar		220	472	65	451
		<u>7.867</u>	<u>14.400</u>	<u>458</u>	<u>2.132</u>
Transferência para ativos mantidos para venda	29.2	(3.385)	-	-	-
Total		4.482	14.400	458	2.132
Apresentados como:					
Circulante		4.482	14.400	458	2.132
Não circulante		-	-	-	-
Total		4.482	14.400	458	2.132

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia avaliou os créditos de PIS e COFINS acumulados nas operações de compra e venda de energia da sua controlada Renova Comercializadora e identificou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor realizável desses créditos no montante de R\$20.961 com contrapartida ao resultado do exercício, considerando a incerteza na sua realização.

10. Cauções e depósitos vinculados

Companhia	Caução	Instituição	Objeto Contratual	Consolidado	
				31/12/2018	31/12/2017
Espra	Garantia	BNB	Financiamento BNB	10.866	11.361

Refere-se a aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98,36% do CDI, vinculadas ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

11. Tributos diferidos (consolidado)

	Ativo	
	31/12/2018	31/12/2017
PIS diferido	172	139
COFINS diferida	790	643
IRPJ diferido	490	392
CSLL diferida	321	268
Total	1.773	1.442

Os tributos diferidos consolidados foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada da controlada indireta Espra. Esses tributos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

11.1 Movimentação líquida (ativo e passivo) dos tributos diferidos

	Consolidado			Controladora
	IRPJ/CSLL	PIS/COFINS	Total	IRPJ/CSLL
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(119.172)	2.658	(116.514)	(121.415)
Movimentação líquida no resultado	121.336	(94)	121.242	121.415
Saldos vinculados aos ativos alienados*	(1.504)	(1.782)	(3.286)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	660	782	1.442	-
Movimentação líquida no resultado	151	180	331	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	811	962	1.773	-

(*) Valores relacionados a venda do Alto Sertão II.

12. Investimentos

12.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PCH				
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	127.366	119.068
Renova PCH LTDA.	-	-	-	5
Chibley SP Participações S.A. (Holding)	-	-	837.494	786.294
Brasil PCH S.A.	603.747	685.362	-	-
Eólico				
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) ⁽¹⁾	-	-	-	385.172
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	7.832
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	3.744
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	4.897
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	6.491
Centrais Eólicas Conquista S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	2.713
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	3.198
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(4.082)
Centrais Eólicas Cansação S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	2.358
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	4.432
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(3.890)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	7.699
Centrais Eólicas Putumaju S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	2.759
Centrais Eólicas Lençóis S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(868)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(1.044)
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	3.158
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(2.335)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(1.504)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(1.206)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	850
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	861
Centrais Elétricas Itaparica S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	32.619
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. ⁽¹⁾	-	-	-	(449)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. ⁽¹⁾	-	-	(24)	(9)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA.	-	-	(131)	(399)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	-	-	(84)	(179)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	-	-	131.200	130.847
Bahia Holding S.A.	-	-	45.614	-
Outras participações ⁽²⁾	-	-	(27)	(10)
Renovapar S.A.	-	-	(1)	(1)
Comercialização				
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	(549.160)	(229.088)
Total	603.747	685.362	592.247	1.259.933
Apresentados como:				
Ativo				
Investimento	603.747	685.362	1.141.674	1.490.068
Passivo				
Provisão para perda sobre investimento	-	-	(549.427)	(230.135)
Total	603.747	685.362	592.247	1.259.933

Nota 1: Investimento mantido para venda, conforme Nota 1.2.2

Nota 2: Demais empresas listadas na Nota 1.

12.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/12/2018						31/12/2017					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH												
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.101	100,00	101.955	127.366	(2.585)	10.883	5.170.101	100,00	101.955	119.068	(2.537)	10.681
Renova PCH LTDA.	359.784	99,99	360	-	-	(10)	353.589	99,00	32	5	-	(59)
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	744.871.373	99,99	744.871	837.494	(2.553)	53.753	739.944.343	99,99	739.944	786.294	(2.066)	73.539
Eólico												
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) ⁽¹⁾	1.516.318.129	99,99	1.516.318	181.032	-	(372.382)	1.348.076.402	99,99	1.348.076	385.172	-	(578.396)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽¹⁾	17.361.558	99,99	17.362	8.896	-	(1.733)	14.565.233	99,00	14.565	7.832	-	(5.306)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ⁽¹⁾	7.559.824	99,99	7.560	3.588	-	(1.166)	6.528.519	99,00	21	3.744	-	(2.512)
Centrais Eólicas Alcaacuz S.A. ⁽¹⁾	14.996.736	99,99	14.997	5.062	-	(2.594)	12.247.433	99,00	12.247	4.897	-	(6.022)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽¹⁾	19.142.404	99,99	19.142	6.251	-	(3.508)	15.875.486	99,00	15.875	6.491	-	(8.080)
Centrais Eólicas Conquista S.A. ⁽¹⁾	23.542.317	99,99	23.542	2.984	-	(811)	22.459.715	99,00	22.460	2.713	-	(16.857)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ⁽¹⁾	6.885.612	99,99	6.886	3.136	-	(945)	6.003.140	99,00	6.003	3.198	-	(2.578)
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽¹⁾	18.011.571	99,99	18.012	(3.358)	-	(2.408)	14.879.944	99,00	14.880	(4.082)	-	(17.266)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. ⁽¹⁾	4.614.138	99,99	4.614	2.269	-	(763)	3.940.779	99,00	3.941	2.358	-	(1.387)
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽¹⁾	14.215.026	99,99	14.215	3.743	-	(3.052)	11.852.244	99,00	11.852	4.432	-	(6.262)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽¹⁾	13.014.445	99,99	13.014	(4.348)	-	(2.815)	10.657.338	99,00	10.657	(3.890)	-	(13.422)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽¹⁾	16.493.153	99,99	16.493	9.324	-	(1.169)	13.699.946	99,00	13.700	7.699	-	(4.548)
Centrais Eólicas Putumaju S.A. ⁽¹⁾	10.421.120	99,99	10.421	2.328	-	(2.542)	8.309.591	99,00	8.310	2.759	-	(4.509)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. ⁽¹⁾	19.464.696	99,99	19.465	(1.367)	-	(1.015)	18.949.369	99,00	18.949	(868)	-	(16.558)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽¹⁾	19.346.653	99,99	19.347	(1.931)	-	(1.617)	18.617.092	99,00	18.617	(1.044)	-	(16.527)
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽¹⁾	11.530.260	99,99	11.530	3.195	-	(2.854)	8.639.675	99,99	8.640	3.158	-	(4.393)
Centrais Eólicas Jequitituba S.A. ⁽¹⁾	6.428.922	99,99	6.429	(2.482)	-	(1.419)	5.156.482	99,00	5.156	(2.335)	-	(6.930)

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2018						31/12/2017					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
Eólico												
Centrais Eólicas Caliandra S.A. ⁽¹⁾	6.598.698	99,99	6.599	(1.452)	-	(946)	5.600.432	99,99	5.600	(1.504)	-	(6.520)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽¹⁾	3.903.273	99,99	3.903	(1.212)	-	(896)	3.013.149	99,00	3.013	(1.206)	-	(3.832)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽¹⁾	2.181.077	99,99	2.181	809	-	(389)	1.832.694	99,00	1.833	850	-	(830)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ⁽¹⁾	3.143.391	99,99	3.143	885	-	(392)	2.727.065	99,00	2.727	861	-	(1.586)
Centrais Eólicas Itaparica S.A. ⁽¹⁾	119.383.201	99,99	119.383	34.501	-	(10.610)	106.891.263	99,00	106.891	32.619	-	(47.836)
Centrais Eólicas Itapua VIII LTDA. ⁽¹⁾	772.826	99,99	773	(5.083)	-	(4.863)	543.349	99,99	543	(449)	-	(915)
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA. ⁽¹⁾	32.338	99,99	32	(24)	-	(15)	32.092	99,99	32	(9)	-	(9)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	376.194.387	99,99	376.194	131.200	-	127	375.968.689	100,00	375.969	130.847	-	(201.057)
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA.	968.663	99,99	969	(131)	-	236	937.809	99,99	938	(398)	-	(1.205)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	883.193	99,99	883	(84)	-	73	861.489	99,00	861	(179)	-	(945)
Renovapar S.A.	22.972	100,00	23	(1)	-	-	22.062	100,00	22	(1)	-	(1)
Bahia Holding S.A.	45.616.074	99,99	45.616	45.614	-	(3)	100	99,00	100	-	-	-
Outras participações ⁽²⁾	-	-	-	(27)	-	(16)	-	-	-	(11)	-	(70)
Comercialização												
Renova Comercializadora de Energia S.A.	4.305.956	100,00	4.306	(549.160)	-	(320.072)	4.305.956	4,306	58	(229.088)	-	(171.050)

Nota 1: Investimento mantido para venda, conforme Nota 1.2.2

Nota 2: Demais empresas listadas na Nota 1

12.3 Movimentação dos investimentos

12.3.1 Consolidado

Companhia	31/12/2017	Equivalência patrimonial			31/12/2018
		Resultado	Amortização da mais valia	Dividendos propostos	
PCH					
Brasil PCH S.A.	685.362	84.989	(36.303)	(130.301)	603.747

Companhia	31/12/2016	Equivalência patrimonial			31/12/2017
		Resultado	Amortização da mais valia	Dividendos propostos	
PCH					
Brasil PCH S.A.	685.366	107.768	(36.303)	(71.469)	685.362
Outros					
Terraform Global, Inc.	261.661	-	-	-	-
Total	947.027	107.768	(36.303)	(71.469)	685.362

Em 2017 as ações da TerraForm Global foram alienadas a Brookfield Asset Management, por R\$302.219 (US\$ 92,8 milhões), pagos à Companhia em 29 de junho de 2017.

Como consequência da alienação das ações, a Companhia reclassificou os ajustes positivos acumulados anteriormente registrados em outros resultados abrangentes, no valor de R\$172.243, para o resultado do exercício na linha ganho com investimento e reconheceu em outros resultados abrangentes, no exercício de 2017 o valor justo positivo de R\$73.224.

Também nesta data foi celebrado um Acordo entre a Companhia e a TerraForm Global no qual as partes concordaram em encerrar o processo de arbitragem mediante compensações à Renova de R\$ 48.559 (US\$15 milhões), dos quais R\$25.518 foram reconhecidos no resultado (vide nota 23). A liquidação dessa compensação ocorreu em 30 de junho de 2017.

12.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não examinadas pelos auditores independentes).

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as informações contábeis da Brasil PCH (controlada em conjunto):

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>ATIVOS CIRCULANTES</u>			<u>PASSIVOS CIRCULANTE</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	158.661	148.692	Empréstimos e financiamentos	41.758	216.492
Outros ativos circulantes	<u>65.873</u>	<u>65.201</u>	Outros passivos circulantes	<u>160.921</u>	<u>174.019</u>
Total dos ativos circulantes	<u>224.534</u>	<u>213.893</u>	Total dos passivos circulantes	<u>202.679</u>	<u>390.511</u>
<u>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</u>			<u>PASSIVOS NÃO CIRCULANTE</u>		
Imobilizado	1.043.546	1.076.252	Empréstimos e financiamentos	863.854	621.002
Outros ativos não circulantes	<u>40.795</u>	<u>59.555</u>	Outros passivos não circulantes	<u>57.506</u>	<u>64.503</u>
Total dos ativos não circulantes	<u>1.084.341</u>	<u>1.135.807</u>	Total dos passivos não circulantes	<u>921.360</u>	<u>685.505</u>
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	184.836	273.684
			TOTAL DOS PASSIVOS		
TOTAL DO ATIVO	<u>1.308.875</u>	<u>1.349.700</u>	E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.308.875</u>	<u>1.349.700</u>
				<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITA LÍQUIDA				408.659	390.922
Custo com depreciação				(34.268)	(39.227)
Outros custos				(53.899)	(53.520)
Despesas gerais e administrativas				(16.869)	(13.608)
Reversão para perda com contrato oneroso				2.528	19.766
Resultado financeiro				(124.314)	(78.270)
Despesa com imposto de renda e contribuição social				(15.191)	(14.753)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				<u>166.646</u>	<u>211.310</u>

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi impactado substancialmente por: (i) aumento das despesas financeiras no exercício, principalmente em função da variação do IGP-M (em 2018 +7,54% e em 2017 -0,52%) sobre os empréstimos e financiamentos e do pagamento de penalidade contratual na quitação antecipada de contrato com a Fundação Petros no montante de R\$6.862; (ii) reversão da provisão relacionada a contrato oneroso da Brasil PCH em 2018 menor que a realizado em 2017; e (iii) aumento das despesas gerais e administrativas em função, principalmente, da baixa do valor residual (R\$3.642) das subestações e dos pontos de conexão transferidos para as distribuidoras, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº506/2012.

12.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2017	Adições	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Transferência para ativo mantidos para venda	31/12/2018
PCH						
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	119.068	-	10.883	(2.585)	-	127.366
Renova PCH LTDA.	5	5	(10)	-	-	-
Chiplely SP Participações S.A. (Holding)	786.294	-	53.753	(2.553)	-	837.494
Eólico						
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) ⁽¹⁾	385.172	168.242	(372.382)	-	(181.032)	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽¹⁾	7.832	2.797	(1.733)	-	(8.896)	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ⁽¹⁾	3.744	1.010	(1.166)	-	(3.588)	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ⁽¹⁾	4.897	2.759	(2.594)	-	(5.062)	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽¹⁾	6.491	3.268	(3.508)	-	(6.251)	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. ⁽¹⁾	2.713	1.082	(811)	-	(2.984)	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ⁽¹⁾	3.198	883	(945)	-	(3.136)	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽¹⁾	(4.082)	3.132	(2.408)	-	3.358	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. ⁽¹⁾	2.358	674	(763)	-	(2.269)	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽¹⁾	4.432	2.363	(3.052)	-	(3.743)	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽¹⁾	(3.890)	2.357	(2.815)	-	4.348	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽¹⁾	7.699	2.794	(1.169)	-	(9.324)	-
Centrais Eólicas Putumuju S.A. ⁽¹⁾	2.759	2.111	(2.542)	-	(2.328)	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. ⁽¹⁾	(868)	516	(1.015)	-	1.367	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽¹⁾	(1.044)	730	(1.617)	-	1.931	-
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽¹⁾	3.158	2.891	(2.854)	-	(3.195)	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ⁽¹⁾	(2.335)	1.272	(1.419)	-	2.482	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A. ⁽¹⁾	(1.504)	998	(946)	-	1.452	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽¹⁾	(1.206)	890	(896)	-	1.212	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽¹⁾	850	348	(389)	-	(809)	-
Centrais Eólicas Emburuçu S.A. ⁽¹⁾	861	416	(392)	-	(885)	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. ⁽¹⁾	32.619	12.492	(10.610)	-	(34.501)	-
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. ⁽¹⁾	(449)	229	(4.863)	-	5.083	-
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. ⁽¹⁾	(9)	-	(15)	-	-	(24)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	130.847	226	127	-	-	131.200
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA.	(399)	32	236	-	-	(131)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	(179)	22	73	-	-	(84)
Renovapar S.A.	(1)	-	-	-	-	(1)
Bahia Holding S.A.	1	45.616	(3)	-	-	45.614
Outras participações ⁽²⁾	(11)	-	(16)	-	-	(27)
Comercialização						
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(229.088)	-	(320.072)	-	-	(549.160)
Total	1.259.933	260.155	(675.933)	(5.138)	(246.770)	592.247

Nota 1: Investimento mantido para venda, conforme Nota 1.2.2.

Nota 2: Demais empresas listadas na Nota 1.

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2016	Adições	Equivalência patrimonial	Ajuste a valor justo	Dividendos propostos	Outros	Baixa de investimento	31/12/2017
PCH								
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	110.924	-	10.681	-	(2.537)	-	-	119.068
Renova PCH LTDA.	(4)	68	(59)	-	-	-	-	5
Chiplely SP Participações S.A. (Holding)	714.821	-	73.539	-	(2.066)	-	-	786.294
Eólico								
Nova Energia Holding S.A. ⁽¹⁾	394.159	90.756	(7.388)	-	-	-	(477.527)	-
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	790.182	173.386	(578.396)	-	-	-	-	385.172
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	6.184	6.954	(5.306)	-	-	-	-	7.832
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	7.181	-	(2.512)	-	-	(925)	-	3.744
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	8.141	2.778	(6.022)	-	-	-	-	4.897
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	7.442	7.129	(8.080)	-	-	-	-	6.491
Centrais Eólicas Conquista S.A.	5.590	13.980	(16.857)	-	-	-	-	2.713
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	6.697	-	(2.578)	-	-	(921)	-	3.198
Centrais Eólicas Tingui S.A.	6.713	6.471	(17.266)	-	-	-	-	(4.082)
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	5.247	-	(1.387)	-	-	(1.502)	-	2.358
Centrais Eólicas Macambira S.A.	6.205	4.489	(6.262)	-	-	-	-	4.432
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	7.032	2.500	(13.422)	-	-	-	-	(3.890)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	5.491	6.756	(4.548)	-	-	-	-	7.699
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	4.640	2.628	(4.509)	-	-	-	-	2.759
Centrais Eólicas Lencóis S.A.	1.000	14.690	(16.558)	-	-	-	-	(868)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	2.181	13.302	(16.527)	-	-	-	-	(1.044)
Centrais Eólicas Ico S.A.	4.390	3.161	(4.393)	-	-	-	-	3.158
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	3.203	1.392	(6.930)	-	-	-	-	(2.335)
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	3.860	1.156	(6.520)	-	-	-	-	(1.504)
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	2.293	333	(3.832)	-	-	-	-	(1.206)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	2.397	-	(830)	-	-	(717)	-	850
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	2.819	-	(1.586)	-	-	(372)	-	861
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	24.898	55.557	(47.836)	-	-	-	-	32.619
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	207.666	124.238	(201.057)	-	-	-	-	130.847
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	198	568	(945)	-	-	-	-	(179)
Centrais Eólicas Uburanas 1 S.A. ⁽²⁾	2.048	18.862	(200)	-	-	-	(20.710)	-
Centrais Eólicas Uburanas 2 S.A. ⁽²⁾	225	12.536	(18)	-	-	-	(12.743)	-
Centrais Eólicas Uburanas 3 S.A. ⁽²⁾	322	13.826	(36)	-	-	-	(14.112)	-
Centrais Eólicas Uburanas 4 S.A. ⁽²⁾	194	12.240	(51)	-	-	-	(12.383)	-
Centrais Eólicas Uburanas 5 S.A. ⁽²⁾	232	13.052	(197)	-	-	-	(13.087)	-
Centrais Eólicas Uburanas 6 S.A. ⁽²⁾	141	7.290	(27)	-	-	-	(7.404)	-
Centrais Eólicas Uburanas 7 S.A. ⁽²⁾	213	15.062	(12)	-	-	-	(15.263)	-
Centrais Eólicas Uburanas 8 S.A. ⁽²⁾	94	3.324	(5)	-	-	-	(3.413)	-
Renovapar S.A.	(2)	2	(1)	-	-	-	-	(1)
Outras participações ⁽³⁾	(20)	1.352	(2.199)	-	-	-	-	(867)
Comercialização								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(58.038)	-	(171.050)	-	-	-	-	(229.088)
Outros								
TerraForm Global, Inc. ⁽⁴⁾	261.661	-	-	73.224	-	-	(334.885)	-
Total	2.548.620	629.838	(1.071.182)	73.224	(4.603)	(4.437)	(911.527)	1.259.933

Nota 1: Investimento alienado em 3 de agosto de 2017.

Nota 2: Investimento alienado em 24 de novembro de 2017.

Nota 3: Demais empresas listadas na Nota 1.

Nota 4: Investimento alienado em 29 de junho de 2017.

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para perda em investimento no montante de R\$528.466 (R\$230.135, em 31 de dezembro de 2017).

12.4 Movimentação dos dividendos a receber

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	620
Dividendos propostos	71.469	4.603
Dividendos recebidos	<u>(38.250)</u>	<u>(184)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	33.219	5.039
Dividendos propostos	130.301	5.138
Dividendos recebidos	<u>(154.340)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>9.180</u>	<u>10.177</u>

Os dividendos a receber correspondem a:

- a) Controladora: o saldo de R\$10.177 referente a dividendos a receber das controladas Enerbras (R\$5.559) e Chipley (R\$4.618) que deverão ser recebidos até dezembro de 2019.
- b) Consolidado: contemplam os dividendos propostos e recebidos da Brasil PCH restando um saldo a receber no valor de R\$9.180.

12.5 Dividendos dados em garantia

Em 03 de dezembro de 2018 as ações de emissão da Chipley Participações S.A. detidas pela Companhia foram penhoradas, tendo em vista determinação judicial proferida no cumprimento da sentença do processo nº 1000806-56.2016.8.26.0002, ajuizada pelo Banco BTG pelo não pagamento da dívida vencida. A Companhia tem interposto todas as medidas processuais cabíveis para afastar as penhoras, que encontram-se pendentes de julgamento e permanece em negociação da dívida junto ao BTG. Como consequência da penhora das ações o fluxo do pagamento de dividendos para a Companhia encontra-se suspenso. A Administração entende que com o sucesso das ações citadas na nota 1.3, a penhora será encerrada.

13. Ativo imobilizado

13.1 Consolidado

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2018			31/12/2017		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	(23.410)	72.387	95.797	(21.168)	74.629
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	(13.165)	33.171	46.336	(11.900)	34.436
Máquinas e equipamentos	4%	65.015	(21.164)	43.851	65.015	(19.151)	45.864
Móveis e utensílios	10%	142	(127)	15	142	(110)	32
Equipamento de informática	17%	245	(245)	-	245	(245)	-
Torres de medição	20%	22.692	(20.064)	2.628	22.692	(17.325)	5.367
Equipamentos de medição	20%	3.739	(2.652)	1.087	3.739	(1.899)	1.840
Equipamentos de torres	20%	2.372	(1.876)	496	2.372	(1.399)	973
Outros	14%	16	(13)	3	16	(11)	5
		<u>236.949</u>	<u>(82.716)</u>	<u>154.233</u>	<u>236.949</u>	<u>(73.208)</u>	<u>163.741</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(2.620)	2.736	5.356	(2.021)	3.335
Benfeitorias	4%	854	(78)	776	2.955	(542)	2.413
Móveis e utensílios	10%	2.114	(1.307)	807	5.857	(2.713)	3.144
Softwares	20%	3.310	(3.195)	115	3.310	(2.993)	317
Equipamento de informática	20%	3.524	(3.156)	368	3.762	(2.929)	833
		<u>15.158</u>	<u>(10.356)</u>	<u>4.802</u>	<u>21.240</u>	<u>(11.198)</u>	<u>10.042</u>
Estoques							
Almoxarifado geral		3	-	3	-	-	-
Total do imobilizado em serviço		<u>252.110</u>	<u>(93.072)</u>	<u>159.038</u>	<u>258.189</u>	<u>(84.406)</u>	<u>173.783</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		698.256	-	698.256	683.353	-	683.353
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		12.095	-	12.095	12.095	-	12.095
Edificações, obras civis e benfeitorias		266.159	-	266.159	265.872	-	265.872
Torres de medição		3.989	-	3.989	3.989	-	3.989
Aerogeradores		1.495.669	-	1.495.669	1.504.327	-	1.504.327
Equipamentos de subestação		431.732	-	431.732	427.792	-	427.792
Adiantamentos a fornecedores		1.750	-	1.750	523	-	523
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.154.492)	-	(1.154.492)	(1.004.266)	-	(1.004.266)
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 29.2)		(1.675.862)	-	(1.675.862)	(16.198)	-	(16.198)
Total do imobilizado em curso		<u>80.358</u>	<u>-</u>	<u>80.358</u>	<u>1.878.549</u>	<u>-</u>	<u>1.878.549</u>
Total imobilizado		<u>332.468</u>	<u>(93.072)</u>	<u>239.396</u>	<u>2.136.738</u>	<u>(84.406)</u>	<u>2.052.332</u>

13.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2017	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas (*)	Transferência para ativos mantidos para venda	31/12/2018
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Usina						
Terrenos	595	-	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	-	-	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	65.015	-	-	-	-	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	-	245
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	-	16
	<u>236.949</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>236.949</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	2.955	-	(2.101)	-	-	854
Móveis e utensílios	5.857	-	(3.743)	-	-	2.114
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.762	-	(238)	-	-	3.524
	<u>21.240</u>	<u>-</u>	<u>(6.082)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.158</u>
Estoques						
Almoxarifado geral	-	6	(3)	-	-	3
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>258.189</u>	<u>6</u>	<u>(6.085)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>252.110</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Usina						
Reservatórios, barragens e adutoras	(21.168)	(2.242)	-	-	-	(23.410)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(11.900)	(1.265)	-	-	-	(13.165)
Máquinas e equipamentos	(19.151)	(2.013)	-	-	-	(21.164)
Móveis e utensílios	(110)	(17)	-	-	-	(127)
Equipamento de informática	(245)	-	-	-	-	(245)
Torres de medição	(17.325)	(2.739)	-	-	-	(20.064)
Equipamentos de medição	(1.899)	(753)	-	-	-	(2.652)
Equipamentos de torres	(1.399)	(477)	-	-	-	(1.876)
Outros	(11)	(2)	-	-	-	(13)
	<u>(73.208)</u>	<u>(9.508)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(82.716)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(2.021)	(599)	-	-	-	(2.620)
Benfeitorias	(542)	(112)	576	-	-	(78)
Móveis e utensílios	(2.713)	(527)	1.933	-	-	(1.307)
Softwares	(2.993)	(202)	-	-	-	(3.195)
Equipamento de informática	(2.929)	(434)	207	-	-	(3.156)
	<u>(11.198)</u>	<u>(1.874)</u>	<u>2.716</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.356)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(84.406)</u>	<u>(11.382)</u>	<u>2.716</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(93.072)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>173.783</u>	<u>(11.376)</u>	<u>(3.369)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>159.038</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	667.155	16.773	-	(1.870)	(422.079)	259.979
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	12.095	-	-	-	(11.909)	186
Edificações, obras civis e benfeitorias	265.872	287	-	-	(266.159)	-
Torres de medição	3.989	-	-	-	(3.989)	-
Aerogeradores	1.504.327	191	-	(8.849)	(1.495.669)	-
Equipamentos de subestação	427.792	-	-	3.940	(431.597)	135
Adiantamentos a fornecedores	523	1.387	(160)	-	(1.543)	207
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.004.266)	(150.630)	404	-	973.281	(181.211)
Total do imobilizado em curso	<u>1.878.549</u>	<u>(131.992)</u>	<u>244</u>	<u>(6.779)</u>	<u>(1.659.664)</u>	<u>80.358</u>
Total do imobilizado	<u>2.052.332</u>	<u>(143.368)</u>	<u>(3.125)</u>	<u>(6.779)</u>	<u>(1.659.664)</u>	<u>239.396</u>

(*) Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

	31/12/2016	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ^(*)	Transferência para ativos mantidos para venda	Saldos vinculados aos ativos vendidos ^(**)	31/12/2017
Imobilizado em serviço							
Custo							
Geração							
Usina							
Terrenos	595	-	-	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	91.876	-	-	-	-	(45.540)	46.336
Máquinas e equipamentos	1.468.581	-	-	8.481	-	(1.412.047)	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	-	-	245
Torres de medição	23.801	-	(722)	-	-	(387)	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	-	-	16
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos	2.503	-	-	-	-	(2.503)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.561	-	-	-	-	(7.561)	-
Máquinas e equipamentos	301.880	-	-	-	-	(301.880)	-
	<u>1.999.108</u>	<u>-</u>	<u>(722)</u>	<u>8.481</u>	<u>-</u>	<u>(1.769.918)</u>	<u>236.949</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	2.352	603	-	-	-	-	2.955
Móveis e utensílios	5.895	-	(15)	-	-	(23)	5.857
Softwares	3.310	-	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.847	1	(86)	-	-	-	3.762
	<u>20.760</u>	<u>604</u>	<u>(101)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23)</u>	<u>21.240</u>
Estoques							
Almoxarifado geral	6.275	104	-	80	-	(6.459)	-
	<u>6.275</u>	<u>104</u>	<u>-</u>	<u>80</u>	<u>-</u>	<u>(6.459)</u>	<u>-</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>2.026.143</u>	<u>708</u>	<u>(823)</u>	<u>8.561</u>	<u>-</u>	<u>(1.776.400)</u>	<u>258.189</u>
(-) Depreciação							
Geração							
Usina							
Reservatórios, barragens e adutoras	(18.880)	(2.288)	-	-	-	-	(21.168)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(13.485)	(1.262)	-	-	-	2.847	(11.900)
Máquinas e equipamentos	(138.541)	(1.969)	-	-	-	121.359	(19.151)
Móveis e utensílios	(106)	(4)	-	-	-	-	(110)
Equipamento de informática	(240)	(5)	-	-	-	-	(245)
Torres de medição	(14.871)	(3.369)	654	-	-	261	(17.325)
Equipamentos de medição	(1.186)	(713)	-	-	-	-	(1.899)
Equipamentos de torres	(997)	(402)	-	-	-	-	(1.399)
Outros	(11)	-	-	-	-	-	(11)
Sistema de transmissão e conexão							
Edificações, obras civis e benfeitorias	(518)	-	-	-	-	518	-
Máquinas e equipamentos	(20.735)	-	-	-	-	20.735	-
	<u>(209.570)</u>	<u>(10.012)</u>	<u>654</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>145.720</u>	<u>(73.208)</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	(1.469)	(552)	-	-	-	-	(2.021)
Benfeitorias	(431)	(111)	-	-	-	-	(542)
Móveis e utensílios	(2.135)	(589)	8	-	-	3	(2.713)
Softwares	(2.617)	(376)	-	-	-	-	(2.993)
Equipamento de informática	(2.442)	(557)	70	-	-	-	(2.929)
	<u>(9.094)</u>	<u>(2.185)</u>	<u>78</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>(11.198)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(218.664)</u>	<u>(12.197)</u>	<u>732</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>145.723</u>	<u>(84.406)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.807.479</u>	<u>(11.489)</u>	<u>(91)</u>	<u>8.561</u>	<u>-</u>	<u>(1.630.677)</u>	<u>173.783</u>

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

	31/12/2016	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ^(*)	Transferência para ativos mantidos para venda	Saldos vinculados aos ativos vendidos ^(**)	31/12/2017
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	767.750	23.464	(10.210)	-	(16.198)	(97.651)	667.155
Estudos e projetos	10.440	24	(9.402)	-	-	-	1.062
Terrenos	13.966	444	(2.315)	-	-	-	12.095
Edificações, obras civis e benfeitorias	274.866	2.671	-	(11.665)	-	-	265.872
Torres de medição	5.230	64	-	-	-	(1.305)	3.989
Aerogeradores	890.049	19.177	(8.433)	603.534	-	-	1.504.327
Equipamentos de subestação	387.674	15.222	-	24.896	-	-	427.792
Adiantamentos a fornecedores	826.973	-	(21.000)	(805.450)	-	-	523
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(261.723)	(786.543)	-	44.000	-	-	(1.004.266)
Total do imobilizado em curso	<u>2.915.225</u>	<u>(725.477)</u>	<u>(51.360)</u>	<u>(144.685)</u>	<u>(16.198)</u>	<u>(98.956)</u>	<u>1.878.549</u>
Total do imobilizado	<u>4.722.704</u>	<u>(736.966)</u>	<u>(51.451)</u>	<u>(136.124)</u>	<u>(16.198)</u>	<u>(1.729.633)</u>	<u>2.052.332</u>

(*) Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

(**) Valores relacionados a venda do Alto Sertão II.

13.3 Controladora

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2018			31/12/2017		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(20.064)	2.628	22.692	(17.325)	5.367
Equipamentos de medição	20%	3.739	(2.652)	1.087	3.739	(1.899)	1.840
Equipamentos de torres	20%	2.372	(1.876)	496	2.372	(1.399)	973
		<u>28.803</u>	<u>(24.592)</u>	<u>4.211</u>	<u>28.803</u>	<u>(20.623)</u>	<u>8.180</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(2.620)	2.736	5.356	(2.021)	3.335
Benfeitorias	4%	854	(78)	776	2.955	(542)	2.413
Móveis e utensílios	10%	2.114	(1.307)	807	5.857	(2.713)	3.144
Softwares	20%	3.310	(3.195)	115	3.310	(2.993)	317
Equipamento de informática	20%	3.506	(3.138)	368	3.744	(2.909)	835
		<u>15.140</u>	<u>(10.338)</u>	<u>4.802</u>	<u>21.222</u>	<u>(11.178)</u>	<u>10.044</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>43.943</u>	<u>(34.930)</u>	<u>9.013</u>	<u>50.025</u>	<u>(31.801)</u>	<u>18.224</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		74.377	-	74.377	103.429	-	103.429
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		50	-	50	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		207	-	207	367	-	367
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.722)	-	(1.722)	(1.722)	-	(1.722)
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 29.1)		(24.487)	-	(24.487)	(16.198)	-	(16.198)
		<u>49.487</u>	<u>-</u>	<u>49.487</u>	<u>86.988</u>	<u>-</u>	<u>86.988</u>
Total do imobilizado em curso		<u>49.487</u>	<u>-</u>	<u>49.487</u>	<u>86.988</u>	<u>-</u>	<u>86.988</u>
Total imobilizado		<u>93.430</u>	<u>(34.930)</u>	<u>58.500</u>	<u>137.013</u>	<u>(31.801)</u>	<u>105.212</u>

13.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Integralização de capital na Bahia Holding	31/12/2018
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	2.955	-	(2.101)	-	-	854
Móveis e utensílios	5.857	-	(3.743)	-	-	2.114
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.744	-	(238)	-	-	3.506
	<u>21.222</u>	<u>-</u>	<u>(6.082)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.140</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>50.025</u>	<u>-</u>	<u>(6.082)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.943</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(17.325)	(2.739)	-	-	-	(20.064)
Equipamentos de medição	(1.899)	(753)	-	-	-	(2.652)
Equipamentos de torres	(1.399)	(477)	-	-	-	(1.876)
	<u>(20.623)</u>	<u>(3.969)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(24.592)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(2.021)	(599)	-	-	-	(2.620)
Benfeitorias	(542)	(112)	576	-	-	(78)
Móveis e utensílios	(2.713)	(527)	1.933	-	-	(1.307)
Softwares	(2.993)	(202)	-	-	-	(3.195)
Equipamento de informática	(2.909)	(434)	205	-	-	(3.138)
	<u>(11.178)</u>	<u>(1.874)</u>	<u>2.714</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.338)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(31.801)</u>	<u>(5.843)</u>	<u>2.714</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(34.930)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>18.224</u>	<u>(5.843)</u>	<u>(3.368)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.013</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	87.231	16.562	-	(8.289)	(45.614)	49.890
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	367	-	(160)	-	-	207
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	-	-	-	-	(1.722)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>86.988</u>	<u>16.562</u>	<u>(160)</u>	<u>(8.289)</u>	<u>(45.614)</u>	<u>49.487</u>
Total do imobilizado	<u>105.212</u>	<u>10.719</u>	<u>(3.528)</u>	<u>(8.289)</u>	<u>(45.614)</u>	<u>58.500</u>

	31/12/2016	Adições	Baixas	Integralização de capital SPEs Eólicas	Transferência para ativos mantidos para venda	31/12/2017
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	23.801	-	(722)	(387)	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
	<u>29.912</u>	<u>-</u>	<u>(722)</u>	<u>(387)</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	2.352	603	-	-	-	2.955
Móveis e utensílios	5.872	-	(15)	-	-	5.857
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.830	-	(86)	-	-	3.744
	<u>20.720</u>	<u>603</u>	<u>(101)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.222</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>50.632</u>	<u>603</u>	<u>(823)</u>	<u>(387)</u>	<u>-</u>	<u>50.025</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(14.871)	(3.369)	654	261	-	(17.325)
Equipamentos de medição	(1.186)	(713)	-	-	-	(1.899)
Equipamentos de torres	(997)	(402)	-	-	-	(1.399)
	<u>(17.054)</u>	<u>(4.484)</u>	<u>654</u>	<u>261</u>	<u>-</u>	<u>(20.623)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(1.469)	(552)	-	-	-	(2.021)
Benfeitorias	(431)	(111)	-	-	-	(542)
Móveis e utensílios	(2.132)	(589)	8	-	-	(2.713)
Softwares	(2.617)	(376)	-	-	-	(2.993)
Equipamento de informática	(2.424)	(555)	70	-	-	(2.909)
	<u>(9.073)</u>	<u>(2.183)</u>	<u>78</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.178)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(26.127)</u>	<u>(6.667)</u>	<u>732</u>	<u>261</u>	<u>-</u>	<u>(31.801)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>24.505</u>	<u>(6.064)</u>	<u>(91)</u>	<u>(126)</u>	<u>-</u>	<u>18.224</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	227.992	9.991	(8.152)	(126.402)	(16.198)	87.231
Estudos e projetos	10.440	24	(9.402)	-	-	1.062
Terrenos	2.365	-	(2.315)	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	18.065	1.708	-	(19.406)	-	367
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	(1.722)	-	-	-	(1.722)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>258.862</u>	<u>10.001</u>	<u>(19.869)</u>	<u>(145.808)</u>	<u>(16.198)</u>	<u>86.988</u>
Total do imobilizado	<u>283.367</u>	<u>3.937</u>	<u>(19.960)</u>	<u>(145.934)</u>	<u>(16.198)</u>	<u>105.212</u>

13.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

13.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento. Conforme mencionado na Nota 29, o saldo de imobilizado em curso existente em 31 de dezembro de 2018 referente ao Complexo Eólico Alto Sertão III, bem como determinados projetos em desenvolvimento foram transferidos para rubrica de ativos mantidos para venda.

13.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 31 de dezembro de 2018 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Consolidado
Alto Sertão III - Fase A	
ACL (Light I) ⁽¹⁾	954.331
LER 2013 ⁽¹⁾	483.634
	<u>1.437.965</u>
Alto Sertão III - Fase B	
ACL (Light II) ⁽¹⁾	73.142
ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	40.652
	<u>113.794</u>
Outros	
ACL (Mercado livre I) ⁽¹⁾	84.475
LER 2014 ⁽¹⁾	401
Outras imobilizações em curso ⁽²⁾	119.585
	<u>204.461</u>
Transferência para ativos mantidos para venda	(1.675.862)
Total do imobilizado em curso	<u><u>80.358</u></u>

Nota 1: Os Projetos ACL (Light I), LER 2013, ACL (Mercado livre III), ACL (Light II), ACL (Mercado livre I) e determinados projetos eólicos em desenvolvimento que representam R\$39.227 da linha de Outras imobilizações em curso estão classificados como ativos mantidos para a venda.

Nota 2: inclui portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão.

13.8 Baixa de projetos

A Companhia adota como prática a revisão de seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia concluiu que em 31 de dezembro de 2018 não havia projeto a ser baixado (31 de dezembro de 2017, R\$21.927).

13.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$786.543 nos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III (R\$604.927), no Projeto Graúna (R\$181.079) e Projeto Croaranga (R\$537), a qual foi registrada no resultado do exercício findo naquela data.

As premissas utilizadas pela administração da Companhia para determinação da provisão foram:

- Complexo Eólico Alto Sertão III - a perda foi calculada substancialmente com base nas premissas financeiras e comerciais presentes na transação de venda que estava sendo negociada pela Companhia;

- b) Projetos em desenvolvimento - o cálculo foi feito com base nos múltiplos de MW que se tem como referência, levando em conta o nível de vento e o fator de capacidade estimado por projeto. Para projetos que apresentam baixo tempo de medição considerou-se um desconto por custo de capital entre a data-base e a data estimada para conclusão do projeto para a venda deduzidos os custos restantes de cada projeto. Por fim, aplicou-se um desconto de liquidez de 20% (referência de 20% a 35%), levando em conta a baixa liquidez para a alienação e conversão em caixa de todos estes projetos. Por essa metodologia a Companhia reconheceu uma perda de R\$138.245 referente aos projetos Graúna e Croaranga, também no exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- c) Projeto Graúna - em função do cancelamento do PPA e de não haver expectativa para realização do investimento, a Companhia constituiu uma provisão complementar de impairment, no valor de R\$43.371, baixando assim o saldo restante desse ativo também no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Administração da Companhia efetuou a atualização da análise de provisão do valor recuperável com base na proposta vinculante aceita em 21 de março de 2019 (Nota 32.5) e na atualização das premissas retromencionadas e identificou a necessidade de complementar em R\$150.630 a provisão anteriormente constituída para o Complexo Eólico Alto Sertão III para fazer face a potenciais perdas na realização desses ativos.

13.10 Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2018 a controlada indireta Espra possui bens dados em garantia ao seu financiamento com o BNB no montante de R\$150.022 (Nota 15.3).

13.11 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A Companhia estima um custo aproximado de R\$57.000, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

14. Fornecedores

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores		326.282	327.597	87.673	82.305
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	29.2	(277.751)	(43.000)	(43.000)	(43.000)
		<u>48.531</u>	<u>284.597</u>	<u>44.673</u>	<u>39.305</u>
Apresentados como:					
Circulante		48.531	259.377	44.673	39.305
Não circulante		-	25.220	-	-
Total		<u>48.531</u>	<u>284.597</u>	<u>44.673</u>	<u>39.305</u>

Face a intenção de alienação do Alto Sertão III os valores a pagar relacionados a contratos de fornecimento de equipamentos e materiais para a construção dos parques, a aerogeradores, subestações e construção civil foram transferidos para a rubrica de passivos associados a ativos mantidos para venda.

A Companhia negociou a quitação da dívida total, no valor de R\$43.000, com a Casa dos Ventos mediante a entrega de determinados projetos em desenvolvimento. Assim, para 31 de dezembro de 2018, esses saldos ativos e passivos continuam sendo apresentados como ativos classificados como ativos mantidos para venda e passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda, aguardando a conclusão das condições precedentes nesse tipo de negociação. Também está sendo negociada a quitação parcial da dívida com o fornecedor Seta, no valor de R\$10.000, mediante a entrega de determinado projeto em desenvolvimento.

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

15.1 Consolidado

	Custo da Dívida	Consolidado						
		31/12/2018			31/12/2017			
		Encargos	Circulante Principal	Total	Encargos	Circulante Principal	Total	
Moeda Nacional								
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra ^(15.6a)	9,5% a.a. (8,08% a.a.)*	-	7.101	7.101	-	7.101	70.688	77.788
Finep - CEOL Itaparica ^(15.6b)	3,5% a.a.	16	1.997	2.013	19	2.048	10.171	12.171
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "A") ^(15.6c)	TLP + 9% a.a.	2.015	169.026	171.041	1.242	199.341	171.041	200.583
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "B") ^(15.6c)	TLP + 2,5% a.a.	5.799	499.921	505.720	1.666	458.812	505.720	460.478
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") ^(15.6c)	TJ6 + 8,28% a.a.	1.571	257.258	258.829	60.762	163.963	258.829	224.725
Banco Daycoval ^(15.6d)	1,60% a.m.	-	-	-	-	6.685	-	6.685
Citibank ^(15.6d)	100% CDI + 4,5%	50.833	120.500	171.333	30.045	120.500	171.333	150.545
BTG Pactual ^(15.6d)	100% CDI + 7,4%	40.497	129.738	170.235	8.314	134.942	170.235	143.256
Banco Modal ^(15.6d)	100% CDI + 6%	4.446	15.000	19.446	2.262	15.000	19.446	17.262
Subtotal dos empréstimos e financiamentos		105.177	1.200.541	1.305.718	104.310	1.108.392	1.212.702	1.293.493
Custo de captação da operação		-	-	-	-	-	(131)	(155)
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 29.2)		(13.847)	(943.202)	(957.049)	-	-	(965.076)	-
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		91.330	257.339	348.669	104.310	1.108.392	1.212.702	1.293.338
*15% de bônus de adimplência								

15.2 Controladora

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
<u>Custo da Dívida</u>	-	-	-	-	6.685	6.685
1,60% a.m.	50.833	120.500	171.333	30.045	120.500	150.545
100% CDI + 4,5%	40.497	129.738	170.235	8.314	134.942	143.256
100% CDI + 7,4%	91.330	250.238	341.568	38.359	262.127	300.486
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS						

15.3 Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamento, em 31 de dezembro de 2018, é garantido da seguinte forma:

	BNB (nota 15.6.a)	BNDES (nota 15.6.c)	Banco BTG (nota 15.6.d)	Total
Recebíveis	414.355	-	-	414.355
Penhor de ações	127.366	181.032	294.630	308.398
Hipoteca/alienação de bens	150.022	1.080.000	-	1.230.022
Caução em dinheiro	10.866	-	-	10.866
Total	702.609	1.261.032	294.630	1.963.641

As demais garantias relacionadas aos financiamentos estão descritas na Nota 15.6.

15.4 Movimentação

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.754.585	54.297	2.808.882	730.628	21.649	752.277
Encargos financeiros provisionados	-	268.151	268.151	-	98.692	98.692
Encargos financeiros pagos	-	(114.730)	(114.730)	-	(52.551)	(52.551)
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(553.060)	-	(553.060)	(505.571)	-	(505.571)
Atualização e incorporação de juros ao principal	76.286	(76.286)	-	18.015	(18.015)	-
Apropriação dos custos de captação	8.051	-	8.051	7.639	-	7.639
Saldos vinculados aos ativos alienados	(1.106.334)	(17.622)	(1.123.956)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.179.528	113.810	1.293.338	250.711	49.775	300.486
Encargos financeiros provisionados	-	162.241	162.241	-	43.976	43.976
Encargos financeiros pagos	-	(8.701)	(8.701)	-	(2.421)	(2.421)
Comissões e outras penalidades	4.662	-	4.662	4.662	-	4.662
Amortização de empréstimos e financiamentos	(74.234)	-	(74.234)	(5.135)	-	(5.135)
Atualização e incorporação de juros ao principal	162.173	(162.173)	-	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	26	-	26	-	-	-
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	(951.229)	(13.847)	(965.076)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	320.926	91.330	412.256	250.238	91.330	341.568

15.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	<u>31/12/2018</u> <u>Consolidado</u>
2020	7.548
2021	8.022
2022	8.523
2023	9.054
2024	9.616
2025 a 2027	<u>20.824</u>
Total	<u><u>63.587</u></u>

15.6 Resumo dos contratos

a. Contrato BNB

A controlada indireta Espira, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$150.022), o penhor de ações (R\$127.366), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espira, no valor de R\$414.355 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$10.866, em 31 de dezembro de 2018 (Nota 10). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

b. FINEP

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$107.960. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possui carência de 36 meses que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deve ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Até 31 de dezembro de 2018, o montante liberado foi de R\$14.149.

São garantias deste financiamento cartas de fiança bancária no valor de 100% do total liberado, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras.

O contrato de financiamento não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

c. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016,

conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963. Conforme aditivos do contrato, o empréstimo ponte deverá ser quitado em 15 de abril de 2019 ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo do BNDES (vide nota 32.1).

São garantias do financiamento: penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A, Diamantina Eólica Participações S.A e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, penhor das máquinas e equipamentos, dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs).

Esse contrato não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

d. Outros empréstimos – capital de giro

Em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão Participações S.A. emitiu uma Cédula de Crédito Bancário, no valor principal de R\$15.000, junto ao Banco Modal S.A. com vencimento em 15 de março de 2019, conforme 3º termo de aditamento assinado em 15 de agosto de 2018, acrescida de 100% do CDI somada a uma taxa pré-fixada de 6% a.a. Essa operação tem a Companhia e a Diamantina Eólica como avalistas.

Em 13 de novembro de 2015, a Companhia assinou Instrumento Particular de Confissão de Dívida com o Banco Daycoval S.A., no valor de R\$14.999. Em 15 de dezembro de 2017, a Companhia assinou um aditivo ao Acordo Judicial para pagamento do saldo da dívida em 9 (nove) parcelas mensais e consecutivas, acrescidas de juros remuneratórios de 1,6% a.m., com a 1ª parcela paga em 16 de abril de 2018. Esse empréstimo foi quitado em 20 de dezembro de 2018.

Em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. As penalidades previstas em contrato para o inadimplemento do pagamento são juros de mora de 1% ao mês e multa compensatória de 2% sobre os valores devidos, bem como ressarcimento das custas e honorários incorridos pelo Citibank. Essa operação tem a Renova Comercializadora e Chipley como avalistas. Conforme divulgado na Nota 1.3, a Companhia está negociando com o Citibank a prorrogação do prazo de vencimento, condições de pagamento e garantias.

Em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, respectivamente, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Ambos remunerados a 100% do CDI acrescida de *spread* de 7,4% a.a. As penalidades previstas em contrato para o inadimplemento do pagamento são juros de mora de 1% ao mês e multa compensatória de 2% sobre os valores devidos, bem como ressarcimento das custas e honorários incorridos pelo BTG. Essa operação tem como garantia, alienação fiduciária de 35,18% das ações da Chipley e cessão fiduciária de 50,40% de todos e quaisquer dividendos decorrentes da participação na Brasil PCH S.A. Em 03 de dezembro de 2018 o BTG Pactual penhorou as ações de emissão da Chipley (nota 12.5). Conforme divulgado na Nota 1.3, a Companhia está negociando com o BTG a prorrogação do prazo de vencimento, condições de pagamento e garantias.

16. Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ a pagar	5.651	4.467	-	-
CSLL a pagar	2.365	1.748	-	-
COFINS a recolher	4.713	3.844	9	32
PIS a recolher	1.019	832	1	5
Tributos sobre folha de pagamento	1.168	2.109	1.168	2.109
Tributos retidos de terceiros	3.455	3.511	332	680
Tributos sobre operações de mútuo	1.669	-	606	-
Parcelamento de tributos	1.541	1.541	1.541	1.541
Outros impostos a recolher	973	415	1	1
	<u>22.554</u>	<u>18.467</u>	<u>3.658</u>	<u>4.368</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	(17.181)	-	-	-
TOTAL	<u>5.373</u>	<u>18.467</u>	<u>3.658</u>	<u>4.368</u>

O saldo referente a IRPJ e CSLL a pagar da Controladora, no valor de R\$1.541, foi incluído no parcelamento de débitos tributários instituído Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017 (convertida na Lei 13.496, de 24 de outubro de 2017). Para liquidação do débito a Companhia optou pela modalidade de pagamento à vista em espécie de 7,5% do valor da dívida consolidada e o restante será liquidado com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, quando da finalização da consolidação da Receita Federal.

17. Contas a pagar - CCEE/Eletróbrás (consolidado)

	Passivo	
	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Eletróbrás	13.114	27.383
CCEE	<u>22.657</u>	<u>18.839</u>
	<u>35.771</u>	<u>46.222</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	<u>(22.657)</u>	<u>-</u>
Total do circulante	<u>13.114</u>	<u>46.222</u>
Não circulante		
Eletróbrás	20.664	-
CCEE	<u>-</u>	<u>522</u>
Total do não circulante	<u>20.664</u>	<u>522</u>
Total	<u>33.778</u>	<u>46.744</u>

Eletróbrás

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletróbrás, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletróbrás. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia (“MRE”), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico referente às PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 11,27 R\$/MWh para Colino I e Cahoeira da Lixa e de 13,57 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2018 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega).

Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial, valorado a 106%. (ressarcimento quadrienal - ressarcimento de 100% do volume + 6% de multa pela não entrega).

17.1 Movimentação

A movimentação dos exercícios de 2018 e de 2017 está apresentada a seguir:

	31/12/2017	Provisão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	31/12/2018
Eletróbras	27.383	10.177	-	(3.782)	-	33.778
CCEE	19.361	-	17.965	(14.669)	(22.657)	-
Total do passivo	46.744	10.177	17.965	(18.451)	(22.657)	33.778

	Movimentação do ativo 2017			
	31/12/2016	Adição	Saldos vinculados aos ativos vendidos*	31/12/2017
CCEE	2.500	2.207	(4.707)	-
Total do ativo	2.500	2.207	(4.707)	-

	Movimentação do passivo - 2017					
	31/12/2016	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Saldos vinculados aos ativos vendidos*	31/12/2017
Eletrobras	25.293	5.266	-	(3.176)	-	27.383
CCEE	37.278	3.628	17.895	(18.378)	(21.062)	19.361
Distribuidoras	34.969	1.955	-	(1.321)	(35.603)	-
Total do passivo	97.540	10.849	17.895	(22.875)	(56.665)	46.744
Total líquido	(95.040)	(8.642)	(17.895)	22.875	(51.958)	(46.744)

(*) Valores relacionados a venda do Alto Sertão II.

18. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
Indenização/ressarcimento a pagar a parte relacionada – Light	89.206	71.100	-
Ressarcimento a pagar a parte relacionada – CEMIG	61.930	-	-
Penalidade ANEEL	5.940	5.940	-
Outros	53	17	3
	157.129	77.057	3
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	(5.993)	-	-
Total	151.136	77.057	3

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo consolidado de outras contas a pagar inclui, basicamente, indenização e ressarcimento a serem pagos a parte relacionada LIGHTCOM, no montante de R\$89.206, sendo R\$82.960 referente a indenização devida no âmbito do aditivo assinado em 21 de dezembro de 2017, para fazer constar novas condições comerciais ao contrato e R\$6.246 referente a ressarcimento devido em função da suspensão do contrato de fornecimento de energia; ressarcimento a ser pago a CEMIG, no valor de R\$61.930, sendo R\$51.734 no âmbito do aditivo assinado em 3 de agosto de 2018 e R\$10.196 referente a suspensão do contrato de compra e venda de energia e consequente pagamento de ressarcimento (vide Nota 26.3.5) e o valor de R\$5.940 relacionado a penalidade aplicada pela ANEEL pelo cancelamento da outorga de determinados parques do Complexo Eólico Alto Sertão III (Nota 29.2).

19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da provisão da controladora e consolidado para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$81.259 (31 de dezembro de 2017, R\$26.979), sendo R\$74.933 cíveis, R\$6.183 trabalhistas e R\$143, administrativas. Abaixo apresentamos a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Administrativas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	22.595	4.258	126	26.979
Adição ^(*)	62.917	3.240	-	66.157
Baixa	(1.777)	(1.028)	-	(2.805)
Pagamento	-	(436)	-	(436)
Atualização	955	149	17	1.121
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	<u>(9.757)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.757)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>74.933</u>	<u>6.183</u>	<u>143</u>	<u>81.259</u>

(*) refere-se substancialmente a processo cível de indenização por danos a propriedade de terceiros e arbitragem (Nota 1.2.1) no montante de R\$23.235, e complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros, no montante de R\$40.351.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$375.610 (31 de dezembro de 2017, R\$281.343), sendo R\$369.755 (31 de dezembro de 2017, R\$271.638) cíveis, R\$1.842 (31 de dezembro de 2017, R\$1.701) administrativas e R\$4.013 trabalhistas (31 de dezembro de 2017, R\$8.004), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas:

Prováveis

(i) Cíveis - refere-se basicamente a:

a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto o possível descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia pelo não pagamento das obrigações deste contrato, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. A Companhia entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constituiu provisão de R\$36.469.

b) processo arbitral com Consórcio MGT referente ao ressarcimento de supostos prejuízos financeiros suportados durante a execução dos contratos de prestação de serviços de engenharia e obras civis do Complexo Eólico Alto Sertão II, no valor de R\$52.811, para a qual foi constituída *escrow*, no valor de R\$32.428, sendo provisionada a diferença no valor de R\$15.048 (nota 1.2.1).

c) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$23.416 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

Para fazer face a essas discussões judiciais relacionadas ao processo ajuizado pela Elite Serviços, conforme mencionado no item (i) acima, a Companhia mantém depósito judicial, no valor de R\$19.853, que está sendo contestado pela Companhia através dos seus assessores jurídicos.

Possíveis

- (i) Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se: processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos locadores cujo montante total corresponde a R\$360.824, para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento.

Com o andamento das ações, a expectativa da Administração da Companhia e seus assessores jurídicos é que o prognóstico de perda seja alterado para remoto.

- (ii) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$8.931 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

19.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Em 19 de janeiro de 2018, a Companhia respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado a investigação que está sendo conduzida por essa Autoridade Policial em determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Companhia e aportes efetuados pela Companhia em determinados projetos em desenvolvimento em anos anteriores. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Companhia solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente. Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por um conselheiro independente, pelo presidente do Conselho Fiscal e pelo presidente do Conselho de Administração, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharão a investigação interna.

A Companhia esclarece que os trabalhos de investigação interna ainda não foram finalizados e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A estimativa da Companhia para conclusão dos trabalhos de investigação é até o segundo trimestre de 2019.

20. Provisão para contrato oneroso

Em função do atraso da entrada em operação de determinados parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora está comprando energia no mercado de curto prazo para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia. Considerando que os preços estabelecidos nesses contratos são inferiores aos preços da energia que está sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos.

Assim a Companhia constituiu provisão no montante total de R\$43.467, considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI, sendo R\$37.022 classificado no circulante e R\$6.445 no não circulante.

21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Capital social

Em 21 de novembro de 2018 os acionistas aprovaram o grupamento de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia, de acordo com o previsto no artigo 12 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, de modo que cada lote de 10 (dez) ações preferenciais e/ou ordinárias foi grupado em uma única ação da mesma espécie, visando mitigar o risco de volatilidade excessiva da cotação das ações ordinárias e preferenciais em razão do seu baixo valor atual de negociação na B3, bem como adequar a cotação das ações da Companhia, conforme previsto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3 e no Manual de Orientação de Emissores da B3, e nos termos do Ofício 871/2018 da Superintendência de Relações com Empresas da B3, de 07 de maio de 2018, a fim de que o valor de cada ação negociada seja superior a R\$1,00 (um real).

Com o grupamento, o capital social da Companhia, no valor de R\$2.960.776, em 31 de dezembro de 2018, passou a ser dividido em 41.719.724 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 32.980.224 são ações ordinárias e 8.739.500 são ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	28.154.191	85,37%	99	0,00%	28.154.290	67,48%
RR Comerc de Energia e Participações	5.875.746	17,82%	-	0,00%	5.875.746	14,08%
Light Energia	7.163.074	21,72%	98	0,00%	7.163.172	17,17%
Cemig GT	15.115.371	45,83%	1	0,00%	15.115.372	36,23%
Outros Acionistas	4.826.033	14,63%	8.739.401	100,00%	13.565.434	32,52%
CG I FIP MULTI ESTRATÉGIA*	500.711	1,52%	121.360	1,39%	622.071	1,49%
BNDESPAR	696.683	2,11%	1.393.366	15,94%	2.090.049	5,01%
InfraBrasil	1.165.148	3,53%	2.330.295	26,66%	3.495.443	8,38%
FIP Caixa Ambiental	547.030	1,66%	1.094.059	12,52%	1.641.089	3,93%
Outros	1.916.461	5,81%	3.800.321	43,48%	5.716.782	13,70%
Total	32.980.224	100,00%	8.739.500	100,00%	41.719.724	100,00%

* Em junho/18, as ações fora do bloco de controle pertencentes à RR Comercializadora de Energia e Participações foram transferidas para o CG I Fundo de Investimentos em Participações, integrante do mesmo grupo econômico da RR Comercializadora.

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital, conforme apresentado a seguir:

Evento	Data	Custo na emissão de ações Controladora e Consolidado
Abertura de capital (IPO - Oferta Pública Inicial)	julho/2010	13.686
Novo investidor: Light Energia	setembro/2011	20.555
Novo investidor: BNDESPAR	setembro/2012	1.871
Novo investidor: CEMIG GT	setembro/2014	5.645
Total		41.757

d) Reservas

Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o efeito dos custos do Plano de Pagamento Baseado em Ações relativo a determinados projetos, bem como os prêmios pagos referentes ao IPO e também em acordos firmados com seus executivos. Esses registros refletem tanto provisões de ações já outorgadas quanto o registro de provisão de ações que serão outorgadas no médio e curto prazo.

22. Receita líquida

	Consolidado			
	31/12/2018 MWh*	31/12/2017 MWh*	31/12/2018	31/12/2017
Geração				
Suprimento de energia elétrica - PCHs	119.970	118.531	34.765	40.096
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	-	638.679	-	89.870
			34.765	129.966
Outras receitas				
Operações - comercialização de energia elétrica			745.393	677.601
			780.158	807.567
Deduções s/ receitas:				
(-) Impostos s/ receita (PIS/COFINS)			(70.363)	(73.469)
Total			709.795	734.098

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

23. Custos e despesas (receitas)

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Tusd/Tust ⁽¹⁾	640	23.306	23.946	10.592	12.215	22.807
Taxa de fiscalização	107	85	192	899	77	976
	<u>747</u>	<u>23.391</u>	<u>24.138</u>	<u>11.491</u>	<u>12.292</u>	<u>23.783</u>
Pessoal e administradores	-	29.715	29.715	-	29.634	29.634
Serviços de terceiros	4.268	22.376	26.644	24.649	32.049	56.698
Aluguéis e arrendamentos	1.153	3.734	4.887	2.780	2.016	4.796
Viagens	-	2.283	2.283	-	1.733	1.733
Depreciação (Nota 13)	9.508	1.874	11.382	10.012	2.185	12.197
Projetos descontinuados (Nota 13.8)	-	-	-	-	21.927	21.927
Seguros	252	3.278	3.530	1.385	107	1.492
Telefonia e TI	-	2.456	2.456	-	3.685	3.685
Material de uso e consumo	930	657	1.587	1.321	570	1.891
Multa sobre ressarcimento (Nota 17.1)	-	17.965	17.965	564	17.331	17.895
Compra de energia ⁽²⁾	815.093	-	815.093	622.811	-	622.811
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 13.2)	-	150.226	150.226	-	786.543	786.543
Prêmio Mecanismo de descontração	-	-	-	-	7.879	7.879
Penalidades contratuais e regulatórias	-	1.789	1.789	-	10.150	10.150
Indenizações contratuais ⁽³⁾	-	66.587	66.587	-	71.100	71.100
Perdão de dívida com fornecedor	-	(1.497)	(1.497)	-	(61.119)	(61.119)
Contingências cíveis e trabalhistas	-	64.625	64.625	-	24.667	24.667
Contrato oneroso (Nota 20)	-	43.468	43.468	-	-	-
Recebimento TerraForm ⁽⁴⁾	-	-	-	-	(25.518)	(25.518)
Repactuação do risco hidrológico	1.973	-	1.973	1.376	-	1.376
Impostos e taxas	-	1.301	1.301	-	7.318	7.318
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins (nota 9)	-	20.961	20.961	-	-	-
Outras despesas (receitas)	311	3.166	3.477	279	(2.822)	(2.543)
	<u>833.488</u>	<u>434.964</u>	<u>1.268.452</u>	<u>665.177</u>	<u>929.435</u>	<u>1.594.612</u>
Total	<u>834.235</u>	<u>458.355</u>	<u>1.292.590</u>	<u>676.668</u>	<u>941.727</u>	<u>1.618.395</u>

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Pessoal e administradores	-	14.352	14.352	-	15.481	15.481
Serviços de terceiros	-	12.913	12.913	-	31.000	31.000
Aluguéis e arrendamentos	-	713	713	-	1.218	1.218
Viagens	-	1.011	1.011	-	900	900
Depreciação (Nota 13)	3.969	1.874	5.843	4.484	2.183	6.667
Projetos descontinuados (nota 13.8)	-	-	-	-	19.869	19.869
Seguros	-	122	122	-	102	102
Telefonia e TI	-	1.249	1.249	-	2.186	2.186
Material de uso e consumo	-	244	244	-	352	352
Recebimento TerraForm ⁽⁴⁾	-	-	-	-	(25.518)	(25.518)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 13.2)	-	-	-	-	1.722	1.722
Contingências cíveis e trabalhistas	-	55.151	55.151	-	24.667	24.667
Prêmio Mecanismo de descontração	-	-	-	-	7.879	7.879
Penalidades contratuais e regulatórias	-	-	-	-	3.876	3.876
Impostos e taxas	-	572	572	-	1.494	1.494
Outras (despesas) receitas	-	4.922	4.922	-	(13.061)	(13.061)
Total	<u>3.969</u>	<u>93.123</u>	<u>97.092</u>	<u>4.484</u>	<u>74.350</u>	<u>78.834</u>

- (1) TUSD - tarifa de uso do sistema de distribuição e TUST - tarifa de uso do sistema de transmissão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os valores de TUST registrados no custo referiam-se à operação do Complexo Eólico Alto Sertão II, que foi alienado em 2017. Os valores de TUST registrados nas despesas estão relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III, cujos parques eólicos encontram-se em construção.
- (2) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.
- (3) Ressarcimento a ser pago a CEMIG GT (R\$60.341) e a Light (R\$6.246), conforme aditivos celebrados com a Renova Comercializadora (nota 26) em função da suspensão e cessão dos contratos de compra e venda de energia elétrica.
- (4) Refere-se ao recebimento da TerraForm como compensação pelo encerramento da arbitragem, ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (vide nota 12.3.1).

24. Resultado financeiro

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		2.588	6.886	493	1.972
Outras receitas financeiras		1.932	6.420	568	2.029
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira*		(1.345)	(1.110)	(16)	(184)
Total das receitas financeiras		3.175	12.196	1.045	3.817
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	15.4	(162.241)	(268.151)	(43.976)	(98.692)
Juros		(45.032)	(60.014)	(5.817)	(259)
Multa sobre dívida		(1.848)	(18.322)	-	-
Juros - partes relacionadas	26	(62.243)	(47.642)	(26.470)	(18.994)
IOF		(7.898)	(5.248)	(6.631)	(5.055)
Despesas bancárias		(682)	(608)	(53)	(72)
Fiança bancária para dívida		(32.610)	(44.034)	(424)	(10)
Outras despesas financeiras		(7.024)	(26.056)	(946)	(16.191)
Total das despesas financeiras		(319.578)	(470.075)	(84.317)	(139.273)
Total do resultado financeiro		(316.403)	(457.879)	(83.272)	(135.456)

(*) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas que são eliminadas no consolidado.

25. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(850.512)	(1.246.189)	(856.297)	(1.260.950)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	289.174	423.704	291.141	428.723
Exclusões (adições) permanentes				
Despesas não dedutíveis	(7.542)	(12.030)	(1.240)	(302)
Resultado da equivalência patrimonial	16.553	24.298	(229.817)	(364.202)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	1.431	(2.412)	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(18.203)	(209)	(18.173)	164.693
Prejuízo fiscal e base negativa	(275.628)	(326.697)	(41.911)	(107.497)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>5.785</u>	<u>106.654</u>	<u>-</u>	<u>121.415</u>

A Controladora não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal do exercício	(123.268)	(317.352)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(690.792)	(373.440)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(814.060)</u>	<u>(690.792)</u>

26. Transações com partes relacionadas

26.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Mútuo⁽¹⁾</u>								
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	47.585	44.009	(2.993)	(2.653)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	377.716	169.703	(18.375)	(13.146)	-	-
Chipley SP Participações S.A.	-	-	102.680	64.343	(5.102)	(3.161)	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A.	-	-	-	125	-	(11)	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	-	-	-	107	-	(12)	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.	-	-	-	-	-	(4)	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	-	-	-	127	-	(5)	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	-	-	-	-	-	(2)	-	-
Subtotal	-	-	527.981	278.414	(26.470)	(18.994)	-	-
<u>Rateio de despesa⁽²⁾</u>								
Energética Serra da Prata S.A.	1.139	84	-	-	-	-	(3.192)	(1.557)
Renova Comercializadora de Energia S.A.	78	223	-	-	-	-	(1.554)	(3.322)
Controlada - LEN 2012 (A-5)	85	64	-	-	-	-	(209)	(217)
Controladas - LER 2013	720	542	-	-	-	-	(1.776)	(1.845)
Controladas - LER 2014	-	22	-	-	-	-	-	(829)
Controladas - ACL (Mercado livre I)	107	82	-	-	-	-	(268)	(269)
Controladas - ACL (Light I)	919	691	-	-	-	-	(2.264)	(2.345)
Controladas - ACL (Mercado livre III)	149	112	-	-	-	-	(200)	(380)
Controladas - ACL (Light II)	926	697	-	-	-	-	(2.283)	(2.366)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	492	375	-	-	-	-	(1.220)	(1.246)
	4.615	2.892	-	-	-	-	(12.966)	(14.376)
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 29.2)	(3.398)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.217	2.892	-	-	-	-	(12.966)	(14.376)
<u>Outros saldos</u>								
CEMIG Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	(176)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital⁽³⁾</u>								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	4.815	37.427	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	86	1.244	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	88	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	97	1.383	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	127	1.486	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A.	74	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	59	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A.	132	1.499	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	45	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.	101	967	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	134	1.076	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	94	1.308	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	95	934	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	32	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	41	111	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A.	46	1.776	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	39	482	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Caliantra S.A.	29	422	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	32	379	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	18	52	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	20	93	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	371	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	482	4.224	-	-	-	-	-	-
Outras participações	3	13	-	-	-	-	-	-
	7.060	54.876	-	-	-	-	-	-
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 29.2)	(7.057)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	3	54.876	-	-	-	-	-	-
Total	1.220	57.768	527.981	278.414	(26.470)	(18.994)	(12.966)	(14.552)

26.2. Consolidado

	Consolidado											
	Ativo		Passivo		Receita		Custo		Despesa		Resultado financeiro	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Renova Comercializadora de Energia S.A.												
CEMIG Geração e Transmissão S.A.												
Contas a receber de clientes (venda de energia) ⁽⁴⁾	112	10.272	-	-	71.507	131.022	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	(403)	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar ⁽⁵⁾	-	-	61.930	-	-	-	-	-	(60.341)	-	(1.589)	-
Adiantamentos para compra de energia ⁽⁶⁾	-	-	87.295	-	-	-	-	-	-	-	(6.793)	-
TARD ⁽⁷⁾	-	-	445.271	350.200	-	-	-	-	-	-	(37.803)	(47.425)
Total	112	10.272	594.496	350.200	71.507	131.022	(403)	-	(60.341)	-	(46.185)	(47.425)
LIGHT COM Comercializadora de Energia												
Contas a receber de clientes (venda de energia) ⁽⁴⁾	-	14.737	-	-	151.310	131.364	-	-	-	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	-	-	-	(12.420)	(10.047)	-	-	-	-
Outras contas a pagar ⁽⁵⁾	-	-	89.206	71.100	-	-	-	-	(6.246)	(71.100)	(11.860)	-
Adiantamentos para compra de energia ⁽⁶⁾	-	-	88.454	-	-	-	-	-	-	-	(4.198)	(217)
Total	-	14.737	177.660	71.100	151.310	131.364	(12.420)	(10.047)	(6.246)	(71.100)	(16.058)	(217)
CLIME Trading Comercializadora de Energia Ltda.												
Contas a receber de clientes (venda de energia)	43	-	-	-	31.120	6.566	-	-	-	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	1.319	-	-	(31.074)	(18.946)	-	-	-	-
Total	43	-	-	1.319	31.120	6.566	(31.074)	(18.946)	-	-	-	-
155	25.009	772.156	422.619	253.937	268.952	(43.897)	(28.993)	(66.587)	(71.100)	(62.243)	(47.642)	-
Apresentados como:												
Circulante	155	25.009	434.608	157.383								
Ativo	155	25.009	-	-								
Passivo	-	-	-	1.319								
Fornecedores (Nota 14)	-	-	151.136	71.100								
Outras contas a pagar (Nota 18)	-	-	283.472	84.964								
Partes relacionadas (Nota 26)	-	-	337.548	265.236								
Não circulante	-	-	337.548	265.236								
Passivo	-	-	337.548	265.236								
Partes relacionadas (Nota 26)	-	-	772.156	422.619								
Total	155	25.009	772.156	422.619								

26.3. Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(1) Mútuos realizados com as controladas apresentadas no quadro com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Controladora. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TJLP, acrescido de juros que variam de 0,25% a 0,5% a.a.

(2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Controlada.

(3) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela Controladora para as Controladas.

(4) Operação de compra e venda de energia, no âmbito dos contratos firmados entre as partes, conforme segue:

- a. Contrato Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT até agosto de 2035. Em 3 de agosto de 2018 a Companhia assinou o 7º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia eólica celebrado entre a controlada Renova Comercializadora e a CEMIG GT suspendendo o fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de julho a dezembro de 2018.
- b. Contrato Light II, com fornecimento para LIGHTCOM até 30 de junho de 2019. A partir de 1º de julho de 2019, esse contrato será cedido para a Engie, conforme negociação de venda do Complexo Umburanas ocorrida em 2017.

(5) Valores a pagar a CEMIG GT e a LIGHTCOM, conforme detalhado a seguir:

- a) Ressarcimento devido a CEMIG GT, conforme previsto do 7º Termo Aditivo, assinado em 3 de agosto de 2018, em função da suspensão do fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de julho a dezembro de 2018, cuja liquidação está prevista contratualmente para 09 de julho de 2019 (Nota 32.3), atualizada a 155% do CDI.
- b) Indenização devida a LIGHTCOM, conforme previsto no 2º Termo Aditivo, assinado em 21 de dezembro de 2017, para fazer constar novas condições comerciais, como preço de energia, índice de atualização e sazonalização, necessárias ao cumprimento de determinadas condicionantes do BNDES. O vencimento dessa indenização ocorreu em 30 de abril de 2018 e, como o pagamento não foi efetuado, o valor devido está sendo atualizado pela variação do IGPM com juros remuneratórios de 1% a.m., acrescido de multa moratória de não compensatória de 2%, até a data do efetivo pagamento.

Em dezembro de 2018 a controlada direta Renova Comercializadora cedeu seus contratos de compra de energia para as partes relacionadas CEMIG GT e LIGHTCOM. A cessão desses contratos gerou um ressarcimento total de R\$16.442, sendo R\$10.196 a CEMIG GT e R\$6.246 a LIGHTCOM (Nota 32.3).

(6) Adiantamentos realizados no âmbito do contrato de compra e venda de energia firmados com a CEMIG GT e a LIGHTCOM, a taxa de 155% e 167% do CDI, respectivamente. O saldo é composto dos adiantamentos abaixo acrescidos de juros:

CEMIG GT

Adiantamento referente a:	abril a junho/2018 (quitado com entrega de energia)	julho a dezembro/2018 (TARD 001/2018)	janeiro/2019	fevereiro a abril/2019	maio a julho/2019	agosto a outubro/2019	Total recebido
Data do recebimento:	1º Trimestre/2018	fevereiro, abril e maio/2018	09/05/2018	08/06/2018	10/07/2018	08/08/2018	
Valor recebido:	R\$ 36.670	R\$ 55.880	R\$ 8.200	R\$ 23.000	R\$ 26.300	R\$ 25.800	R\$ 175.850
Valor em aberto:	-	-	R\$ 8.200	R\$ 23.000	R\$ 26.300	R\$ 25.800	R\$ 83.300

LIGHTCOM

Adiantamento referente a:	abril a setembro/2018 (quitado com entrega de energia)	outubro/2018	novembro/2018, dezembro/2018 e janeiro/2019	fevereiro, março e abril/2019	maio a julho/2019 e novembro/2019 a outubro/2020	agosto a outubro/2019	novembro/2020 a julho/2021	agosto/2021	Total recebido
Data do recebimento:	1º trimestre de 2018	24/04/2018	09/05/2018	08 e 26/06/2018	10, 13 e 23 /07/2018	08/08/2018	01 e 02/2019	07/03/2019	
Valor recebido:	R\$ 26.715	R\$ 9.892	R\$ 10.795	R\$ 12.226	R\$ 53.094	R\$ 11.580	R\$ 35.172	R\$ 2.763	R\$ 162.237
Valor em aberto:	-	-	R\$ 7.360	R\$ 12.226	R\$ 53.094	R\$ 11.580	R\$ 35.172	R\$ 2.763	R\$ 122.195

(7) TARDs – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos, conforme segue:

	TARD 047/2016	TARD 001/2017	TARD 001/2017	TARD 001/2018	Total
Contrato de fornecimento de energia	25/03/2015 - PPA CEMIG	23/12/2013 - Lote 2	23/12/2013 - Lote 2	23/12/2013 - Lote 1	
Data do recebimento	15 de dezembro de 2015	14 de junho de 2016	setembro e outubro de 2016	fevereiro, abril e maio de 2018	
Valor	R\$ 60.000	R\$ 94.000	R\$ 118.000	R\$ 55.880	R\$ 327.880
Data da assinatura do TARD	27 de outubro de 2016	24 de novembro de 2017	24 de novembro de 2017	3 de agosto de 2018	-
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI	-
Quitação	09 de julho de 2019	A partir de janeiro de 2020	A partir de maio de 2021	09 de julho de 2019	-
Parcela(s)	única	12	12	única	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	R\$ 93.405	R\$ 134.137	R\$ 157.847	R\$ 59.882	R\$ 445.271

(*) os valores deverão ser atualizados desde a data dos respectivos recebimentos até a data do efetivo pagamento.

Em 3 de agosto de 2018 a Companhia assinou o 7º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia eólica celebrado entre a controlada Renova Comercializadora e a CEMIG GT suspendendo o fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de julho a dezembro de 2018.

Considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada acima, os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora referentes ao período de julho a dezembro de 2018, no valor total de R\$55.880, foram reconhecidos como dívida, conforme TARD 001/2018 assinado em 3 de agosto de 2018, que prevê a devolução do valor em parcela única atualizada a 155% do CDI até 09 de julho de 2019 (Nota 32.2).

Garantias as antecipações e aos TARDs

O saldo devedor das antecipações e dos TARDs mencionados acima são garantidos da seguinte forma:

- (i) alienação fiduciária de 30% das ações da Chipley de titularidade da Controladora (Nota 15.6.d);
- (ii) cessão fiduciária sobre 30% dos recebíveis oriundos da venda das ações da Chipley de titularidade da Controladora e alienadas na forma do item (i) acima (Nota 15.6.d);
- (iii) alienação fiduciária sobre 100% do capital social da Enerbras;
- (iv) alienação fiduciária sobre a integralidade das ações da Bahia Holding e sobre 49,9% das ações da Ventos de São Cristóvão;
- (v) cessão fiduciária sobre as sobras do produto da execução das garantias representadas pelos itens (i), (iii) e (iv) acima.

26.4 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$7.566 e R\$10.439, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/12/2018						31/12/2017					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho Fiscal	Total	
Número de membros remunerados	2,17	1,50	3,67	2,00	4,67	10,34	2,25	3,08	5,33	3,00	8,33	
Remuneração fixa acumulada	2.874	1.458	4.332	231	550	5.113	3.351	3.457	6.808	342	7.150	
Salário ou pró-labore	1.880	1.058	2.938	192	458	3.588	2.313	2.090	4.403	285	4.688	
Benefícios diretos e indiretos	272	115	387	-	-	387	381	319	700	-	700	
Outros	722	285	1.007	39	92	131	657	1.048	1.705	57	1.762	
Gratificações fixas	106	-	106	-	-	-	56	96	152	-	152	
Encargos decorrentes da remuneração fixa	616	285	901	39	92	131	601	952	1.553	57	1.610	
Remuneração variável acumulada	1.765	188	1.953	-	-	1.953	1.313	803	2.116	-	2.116	
Provisão Programa de participação no resultado	1.765	188	1.953	-	-	1.953	1.313	803	2.116	-	2.116	
Benefícios pós emprego	13	11	24	-	-	24	56	7	63	-	63	
Benefícios motivados pela cessação do cargo	449	27	476	-	-	476	614	496	1.110	-	1.110	
Valor total da remuneração por órgão	5.101	1.684	6.785	231	550	7.566	5.334	4.763	10.097	342	10.439	

Remuneração média mensal da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/12/2018				31/12/2017		
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	2,17	1,50	2,00	4,67	2,25	3,08	3,00
Valor da maior remuneração individual	285	136	10	10	464	456	9
Valor da menor remuneração individual	233	100	10	10	171	96	9
Valor médio de remuneração individual	182	114	9	10	243	207	9

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, o montante de até R\$5.520 para a remuneração global dos administradores referente ao exercício de 2018, bem como a retificação do valor da remuneração global dos administradores referente ao exercício de 2017, de até R\$3.183 para até R\$5.676.

No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo, conforme o caso.

26.5 Pagamentos baseados em ações

26.5.1 Informações do plano de compra de ações da Companhia

A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações (“PBA”) instituído nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei 6.404/76. De acordo com as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, conforme aprovadas pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010, o plano estabelece que podem ser elegíveis como beneficiários os administradores e executivos. O preço de exercício do “Programa 2013” (série 1) é atualizado pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M/FGV) até a data do exercício.

No “Programa 2013”, as outorgas são exercíveis em até 6 anos, ou seja, de dezembro de 2014 a 2020, sendo o vesting ao longo de 4 anos (25% ao ano), subsequentes a data da outorga. A outorga de opções deve respeitar sempre o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do plano. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito às qualidades de acionista da Companhia, incluindo o direito de receber dividendos. As opções podem ser exercidas a qualquer momento a partir da data de aquisição do direito até a data em que expiram. Uma vez exercida a opção, as ações

objeto da respectiva opção serão emitidas por meio de aumento de capital da Companhia, a ser deliberado nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia.

26.5.2 Valor justo das opções de compra de ações

As opções foram precificadas de acordo com um modelo matemático Black-Scholes.

Não houve exercício de opções de compra de ações ou novas outorgas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	121	1.601	121	1.601
Aplicações financeiras	28.586	23.149	28.586	23.149
Contas a receber de clientes	8.210	44.611	8.210	44.611
Não circulante				
Aplicações financeiras	7.864	7.789	7.864	7.789
Cauções e depósitos vinculados	10.866	11.361	10.866	11.361
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	48.531	259.377	48.531	259.377
Empréstimos e financiamentos	348.669	1.212.702	348.669	1.212.702
Partes relacionadas	283.472	84.964	283.472	84.964
Não circulante				
Fornecedores	-	25.220	-	25.220
Empréstimos e financiamentos	63.587	80.791	63.587	80.636
Partes relacionadas	337.548	265.236	337.548	265.236
	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	62	301	62	301
Aplicações financeiras	7	41	7	41
Contas a receber de clientes	18	484	18	484
Partes relacionadas	1.217	2.892	1.217	2.892
Não circulante				
Aplicações financeiras	7.864	7.789	7.864	7.789
Partes relacionadas	3	54.876	3	54.876
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	44.673	39.305	44.673	39.305
Empréstimos e financiamentos	341.568	300.486	341.568	300.486
Não circulante				
Partes relacionadas	527.981	278.414	527.981	278.414

c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Consolidado

Descrição	Saldo em 31/12/2018	Valor justo em 31 de dezembro de 2018		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	36.450	36.450	-	-

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Valor justo em 31 de dezembro de 2017		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	30.938	30.938	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d) *Risco de Mercado*

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas Controladas apresentados na nota 15, possuem como contrapartes o BNB, BNDES e captações para giro. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado ao CDI, TJP, TJ6 e Taxa pré-fixada.

e) *Análise de sensibilidade (Consolidado)*

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	14.808	14.808	14.808
	Taxa anual estimada do CDI para 2019	6,50%	4,88%	3,25%
	Efeito anual nas aplicações financeiras:			
	Perda	-	(193)	(400)
Alta do CDI	Outros empréstimos curto prazo:	361.014	361.014	361.014
	Partes relacionadas CEMIG:	445.271	445.271	445.271
	Taxa anual estimada do CDI para 2019	6,50%	8,13%	9,75%
	Perda anual nos outros empréstimos e partes relacionadas	(1.051)	(18.133)	(35.215)
Alta da TLP	BNDES - Diamantina Eólica (Subcréditos "A" e "B"):	676.761	676.761	676.761
	Taxa anual estimada da TLP para 2018	7,10%	8,88%	10,65%
	Perda anual nos financiamentos com o BNDES	-	(12.013)	(24.025)
Alta da TJ6	BNDES - Diamantina Eólica (Subcrédito "C")	258.829	258.829	258.829
	Taxa considerando os cenários para TJ6	6,45%	8,06%	9,68%
	Perda anual no financiamento com o BNDES	-	(4.174)	(8.347)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 6,50%. Os

cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (4,88% a.a.) e 50% (3,25% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para os outros empréstimos de curto prazo e operações com partes relacionadas que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (8,13% a.a.) e 50% (9,75% a.a.). Observa-se que o spread médio ponderado nos empréstimos de curto prazo é de 5,94% + 100% do CDI.

Para os financiamentos com o BNDES vinculados à TLP, considera um cenário provável com base na taxa para o último trimestre de 2018 de 7,10%. Os cenários II e III consideram uma alta dessa taxa em 25% (8,88%) e 50% (10,65%), respectivamente. Observa-se que o spread médio ponderado é de 4,14% + TLP para os financiamentos com BNDES. Para o financiamento com o BNDES vinculado à TJ6, considera um cenário provável com base na taxa efetiva de 31 de dezembro de 2018 de 6,45%. Os cenários II e III consideram uma alta da taxa em 25% (8,06%) e 50% (9,68%).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da controladora e controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentou prejuízo no exercício e possui prejuízos acumulados relevantes. A Administração detalhou seus planos na Nota 1.3 e entende que, com o sucesso das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

f.1. Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual apresentado em 31 de dezembro de 2018 a seguir contempla também as dívidas classificadas como passivos associados a ativos mantidos para venda.

	Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	343.343	5.326	39.742	23.845	412.256
	Controladora				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	341.568	-	-	-	341.568